



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – PIMENTA BUENO

OBJETIVO: discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

EM: 12.06.2025

INÍCIO: 19h47min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao Requerimento nº 1.734/25, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, proponente desta Audiência Pública e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido ainda a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Dr^a Taíssa, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jean Mendonça, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Na sequência já convidamos o Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Lagos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam/RO.

Excelentíssimo Senhor Douglas Bener, Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia - Seagri.

Excelentíssima Senhora Marcilene Rodrigues, Prefeita do Município de Pimenta Bueno.

Senhor Vereador Álvaro Deboni, da Câmara Municipal de Pimenta Bueno.

Convidamos também a Excelentíssima Senhora Débora Rosa, Engenheira Florestal.

A Mesa pode sentar-se. Neste momento o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito boa noite a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, estando a Mesa dos trabalhos composta, convido todos os presentes para que, em posição de respeito, cantemos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Podeis assentar. Neste momento convidamos para compor a nossa Mesa de Autoridades o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Luizinho Goebel.

Senhoras e senhores, com a palavra o Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhoras e senhores, mais uma vez, boa noite a todos. Sejam muito bem-vindos a este recinto. Inicio agradecendo a parceria da Prefeitura Municipal, da nossa Prefeita Marcilene, que cede esse espaço para a Assembleia Legislativa, no dia de hoje, liderada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, trazer esse

debate a essa região, em especial aqui o Município de Pimenta Bueno, os municípios vizinhos. Vi que nós temos Primavera de Rondônia, Teixeirópolis, Ouro Preto, Espigão D'Oeste, Pimenteiras, muita gente, diversos municípios aqui presentes notadamente significa dizer que esse é um tema que interessa ao Estado de Rondônia.

Essa é a quinta Audiência Pública de uma série de seis, reuniões que a Comissão está realizando com o objetivo de ouvir a comunidade. Vou anunciar aqui a chegada do nosso querido Deputado Cirone Deiró, para que tome também assento à Mesa.

Cumprimentar aqui as autoridades que estão na Mesa. A nossa sempre parceira nesse debate importante que nós estamos fazendo, a Engenheira Florestal Débora Rosa; o Vereador Álvaro Deboni, representando a Câmara Municipal de Vereadores; a nossa Prefeita Marcilene Rodrigues aqui presente; o Douglas Bener, que é nosso Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia; Secretário de Desenvolvimento Ambiental, o senhor Marco Antonio Lagos; aqui presente, Deputado Jean Mendonça, Deputado Cirone Deiró, Deputado Luizinho Goebel, Deputada Dr^a Taíssa. Então, sintam-se todos cumprimentados.

Nós atrasamos um pouquinho com o início, mas eu vou passar para os senhores a dinâmica que nós vamos usar aqui. Não vai fugir da maneira que nós temos tratado nas outras audiências. Nós vamos abrir a fala para os técnicos, primeiro a engenheira doutora Débora e depois o nosso Secretário Marco Antônio, vão falar sobre o tema, explicar para que a gente tenha condição de fato de atender. Enquanto eles estão fazendo o uso da fala, o Cerimonial vai estar à disposição daqueles que vão querer fazer as suas indicações e encaminhamentos. O que nós queremos pedir aos senhores e às senhoras? Aqueles que farão o uso da fala, que vão fazer o

encaminhamento das falas, a ideia aqui não é a gente discutir, a ideia não é contrapor a sua ideia, nós viemos aqui na missão de ouvir os senhores e as senhoras.

Então, assim, olha, isso aqui é importante para Rondônia, isso aqui tem prejudicado a minha região, faça o seu apontamento. Eu já sugiro que aqueles que farão uso da palavra no momento que ficarem em pé se identifiquem, "eu sou João da Silva, sou do município de Primavera de Rondônia", para que a nossa Taquigrafia possa identificar o senhor, possa identificar a sua fala o seu encaminhamento, para que mais tarde isso possa ser usado como subsídio.

Para contextualizar a todos os senhores e as senhoras, esse é um debate que, em Rondônia, está no mínimo 15 anos atrasado, porque em 2000 houve uma atualização do zoneamento. E a legislação federal prevê que ele seja revisado com, no mínimo, 10 anos. Como isso não aconteceu, nós temos um atraso de revisão de 15 anos, e estamos há 25 anos sob a mesma legislação, mesmo com todas as alterações que aconteceram no Estado de Rondônia, nós estamos sob a observação da mesma propositura, nesse sentido.

Em 2020, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - e eu preciso aqui fazer justiça ao Governo do Estado, ao Governador Coronel Marcos Rocha - que de forma muito ousada encaminhou uma Mensagem à Assembleia Legislativa, tratando desse tema. E nós estamos tentando resgatar isso, porque, naquele momento, talvez por falta de amadurecimento, houve uma desconfiguração da proposta que o governo encaminhou à Assembleia, e foi necessário um Veto. Infelizmente, nós ficamos ainda com a legislação de 2000.

O tempo passou, houve o compromisso do governo de trazer esse debate, a Comissão procurou o Governador e falou: "Olha, nós temos essa necessidade." E ele disse: "Nós precisamos

ouvir a comunidade.". É isso que nós estamos fazendo aqui. Viemos mais para ouvir do que para falar.

Então, com as apresentações, aqueles que quiserem - e eu vou lutar para poder atender todos aqueles que se inscreverem -, aproveitem o momento da inscrição. É um contrato que eu vou fazer com vocês: enquanto a Débora e o Marco Antonio vão fazendo as apresentações, se inscrevam, porque, quando terminar essa apresentação, precluiu também o prazo de inscrição. Esse é um combinado que precisamos fazer, porque, senão, depois chega no final e dizem: "Agora eu queria falar, agora eu queria falar..." E aí a gente passa a noite aqui.

Não que a gente tenha problema com isso, mas é necessário a gente organizar para termos as condições necessárias de tocar, está bom? Acho que consegui explicar.

Quero cumprimentar aqui a Noeli Brum Deiró. Hoje, nós estamos no enfrentamento, Noeli, uma concorrência muito desleal com essa Audiência Pública. Estamos enfrentando o desafio dos Dia dos Namorados, Deputado Luizinho. Isso é um grande desafio. Mas, o Deputado Cirone, sabiamente, veio à audiência e já trouxe a namorada junto. Parabéns e obrigado pela presença.

Então, nós vamos dar início ao nosso trabalho, ouvindo a engenheira florestal, Débora Rosa.

A SRA. DÉBORA ROSA DA SILVA DO CARMO - Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Ismael Crispin e a todos aqui presentes, em nome do senhor Jaime Brod, de Pimenta Bueno.

Eu vou fazer um pequeno resumo sobre o zoneamento, sua importância e como que ele iniciou aqui no nosso Estado. E

logo após, falarei sobre o Projeto de Lei de 2020, para os senhores conseguirem compreender melhor a importância desta audiência.

(Apresentação de imagens no telão)

O zoneamento socioeconômico do Estado de Rondônia iniciou em 1988. Naquela época, em 1988, viu-se a necessidade de fazer um ordenamento do crescimento do nosso Estado, pois tínhamos passado por vários incentivos, vários programas de incentivo ao povoamento aqui no Estado. E, surgiu a necessidade de ordenar esse crescimento e de designar o que seria necessário para cada região.

O primeiro zoneamento foi em 1988, teve como base o Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia). Esse estudo do Planafloro tinha como contribuição o ordenamento da ocupação com critérios mais sustentáveis. Houve o incentivo à ocupação, mas se precisava ter alguns critérios mais sustentáveis para avançar com o crescimento do nosso Estado.

Na época, já se viu a situação fundiária, os projetos de colonização, a aptidão agrícola, como era a cobertura vegetal aqui no Estado, onde se localizavam algumas unidades de conservação, e também havia alguns dados de imagens de satélites, como os dados do Radam Brasil, que foi um projeto de 1978.

Esse primeiro zoneamento foi denominado como macrozoneamento, porque teve uma escala de 1:1.000.000. Era um zoneamento que se dividia em seis zonas e algumas subzonas. Foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 3.782, de 1988, e, logo depois, foi ratificado pela Lei Complementar nº 52, de 1991.

O que se tinha de início eram as regiões onde poderiam ocorrer intensificação de exploração agropecuária, que são essas regiões de marrom; onde se localizavam os pequenos produtores em coletividade, as regiões ribeirinhas, os extrativistas, as áreas destinadas a manejo florestal e, as áreas destinadas à conservação e preservação. Assim, se dividia o primeiro zoneamento em seis zonas.

Só que, 12 anos depois, o Estado já tinha passado por um grande avanço de desenvolvimento. Então, houve a necessidade de atualizar novamente o zoneamento do nosso Estado, e foi quando se teve o zoneamento do ano de 2000, que é o que nós temos vigente até hoje.

Esse zoneamento já veio com nível de detalhamento maior, com um quantitativo muito maior de estudos, havia dados de capacidade ambiental, um planejamento de onde o setor público e o setor privado poderiam intervir; dados de geologia; recursos hídricos, se tinha a delimitação de todas as nossas bacias hidrográficas; climatologia; vegetação, onde se identificou todos os tipos de florestas existentes no nosso Estado, e a existência de fitofisionomia do tipo cerrado. Se dividiu o Estado em cinco zonas de fauna, caracterizando os animais existentes em cada região, definição de uso e ocupação do solo, estrutura fundiária, aptidão agrícola: quais eram as regiões do nosso Estado que se tinha realmente uma aptidão agrícola maior e onde havia também uma vulnerabilidade ambiental.

Esse zoneamento já foi em uma escala menor, um detalhamento maior, uma escala de 1:250.000 e 1:100.000, em alguns dados. Já se reduziu de seis zonas para três e algumas subzonas, e foi aprovado pela Lei Complementar de 2000. Houve uma alteração do nosso zoneamento em 2005. E o interessante é porque o zoneamento do Estado de Rondônia foi o primeiro

zoneamento a ser aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Então, por ter sido um zoneamento muito detalhado, muito bem feito, muito bem caracterizado, ele foi o primeiro zoneamento, do Brasil, a ser aprovado.

E o que temos vigente hoje? Um zoneamento com três zonas, em que a primeira é a Zona 1, a qual se divide em quatro subzonas. Essa é uma zona totalmente voltada para uso agropecuário, agroflorestal e florestal. Na época do estudo, na época da legislação, era uma área onde se tinha maior ocupação social, se tinha desde média à baixa ocupação social, mas era onde se tinha maior pretensão de ocupação.

Nessas regiões, em amarelo, é onde se permitia e se permite até hoje a conversão de vegetação para uso alternativo do solo, dentro dos percentuais permitidos por lei e com licenciamento ambiental. E essa zona equivale a cerca de 50% do nosso Estado.

De início, como o nosso Código Florestal não tinha definição de área de reserva legal, o zoneamento veio justamente para limitar isso. Então, ele limitava: zona 1.1 podia usufruir 80% do imóvel; 1.2, 60%; 1.3, 30%; e 1.4, 20%. No entanto, um ano após o nosso zoneamento ter sido aprovado, ocorreu também a aprovação dessa Medida Provisória que definiu os percentuais do nosso Código para reserva legal. Então, a partir daí, a gente passou a seguir 80% de reserva legal em áreas de floresta, podendo utilizar 20% do imóvel; 35% para a área de cerrado, podendo utilizar 65% do imóvel.

E nesse zoneamento de 2000, também contempla a Zona 2, tendo duas subzonas. Já era uma zona que em 2000 tinha uma ocupação muito incipiente, o uso era totalmente voltado para a conservação dos recursos naturais. Poderia ter uso, sim,

mas controlado, apenas com manejo florestal, madeireiro e não madeireiro, e também voltado para pesca, ecoturismo e pesquisa científica. Não se podia converter a floresta, a vegetação existente em uso alternativo do solo.

Mas quem, lá em 2000, tinham áreas que, nesse local, ficou delimitado como Zona 2, ele poderia continuar suas atividades, mas ele não poderia expandir, abrir mais áreas. E essa Zona 2 equivale a cerca de 14% do nosso Estado.

Só para exemplificar, se um imóvel hoje está em Zona 2 e ele está com a sua vegetação totalmente preservada, não se permite a conversão de uso do solo para outra atividade. Então, a vegetação deve ser totalmente mantida, só se pode utilizar para fins de planos de manejo, para recursos não madeireiros, mas não se pode converter a vegetação para uma outra atividade, como pecuária, plantio. Tem que se manter 100%.

E nesse zoneamento também há a Zona 3, que são aquelas zonas de unidades de conservação e terras indígenas, que nós denominamos aquelas áreas institucionais, onde todos os recursos são voltados para a preservação. Esses recursos só podem ser explorados conforme os planos de cada unidade de conservação, de cada terra indígena, e somente se as instituições que têm a responsabilidade dessas áreas autorizarem. No caso, as instituições são Sedam, ICMBio e Funai. A Zona 3, em 2000, era um quantitativo mais ou menos de 35% de área do nosso Estado.

Já 15 anos depois, o Estado de Rondônia já estava em 2015 e se viu novamente a necessidade do quê? Atualizar a ferramenta do zoneamento. Porque o zoneamento é uma ferramenta de gestão. Então, o Estado precisa estar atualizando devido ao crescimento e devido às necessidades que vão surgindo da população.

O que o Estado fez? Contratou uma empresa, a Kampatec Assessoria e Consultoria, que realizou estudos entre os anos de 2015 e 2018. Essa empresa foi contratada para fazer a atualização da segunda aproximação do zoneamento e ela fez esses estudos. Esses estudos foram concluídos e foram recebidos por uma comissão da própria secretaria, da Sedam, a qual aferiu os estudos e atestou que tudo que se tinha solicitado foi feito.

Então, após a recepção desses estudos, se formou a Comissão Estadual do Meio Ambiente para discutir o que existiam nesses estudos e o que poderia ser feito quanto à segunda aproximação

Essa Comissão de Zoneamento foi formada por vários integrantes. O Presidente era o Secretário da Sedam e outros membros eram Secretarias, órgãos e outras entidades que tinham interesse, como por exemplo, Sepog, Seagri, Idaron, a IpR, a ALE, que estava com a Comissão do Meio Ambiente e da Agricultura, ICMBio, o Incra, a Serfal, a Arom, Fetagro, o Faperon, o Fiero, a OSR e a GTA. Todos esses membros participaram das reuniões para discutir sobre essa atualização.

E essa Comissão se reuniu quatro vezes. Durante essas reuniões, eles conseguiram analisar os estudos, fazer mais algumas outras coletas em campo, fazer mais alguns relatórios e aprovar o Projeto de Lei de 6 de outubro de 2020. Então, o Projeto de Lei foi aprovado na última reunião, de 28.05.2020. Após essa aprovação, o governo enviou esse projeto para a Assembleia Legislativa através da Mensagem 277/2020.

E o que cita esse Projeto de Lei de 2020? O que iria alterar no nosso zoneamento? Foi mantida ali uma escala de 1:250.000, se manteve três zonas e algumas subzonas, assim

como já é o vigente. Fez com que a lei fosse um pouco mais clara, então, resumindo, a Zona 1 seria a área consolidada e de intensificação de recursos sustentáveis permitidos; a Zona 2 continuaria sendo aquelas áreas de uso especial e a Zona 3 continuaria sendo aquelas áreas institucionais, de unidade de conservação e terras indígenas.

E nesse Projeto de Lei, o que alteraria seria, na Zona 1, passaria de quatro subzonas para três. Nos usos, teria uso agrícola, pecuário, florestal e industrial, incluindo o uso industrial nessa zona, devido ao desenvolvimento do Estado. E já se caracteriza, como todos esses locais onde seria uma Zona 1, aqueles locais de densidade mais elevada, de ocupação mais elevada. E essa zona se propõe fazer parte de 55% do nosso Estado nesse projeto. Então, todas essas áreas em amarelo é o que seriam Zona 1, conforme o Projeto de Lei, o que está proposto.

Trazendo aqui para a região, Pimenta Bueno, Espigão, o que ocorreria de alteração aqui? Reclassificação da Zona 1. Então, alguns locais aqui, se tem áreas que são zona 1.1, 1.2 e 1.4. A maioria das áreas se tornaria área 1.1. E aí, alguns pontos ficariam como 1.3. Então, teria uma reclassificação da Zona 1 aqui para a região. Para vocês verem melhor. E essa reclassificação ocorreu em todo o Estado, em vários pontos. Houve aqui em Cerejeiras, em Vilhena, lá em cima em Machadinho, em Porto Velho, Nova Mamoré. Então, houve uma reclassificação geral, não somente aqui na região.

A Zona 2, conforme o Projeto de Lei, continua sendo 2.1 e 2.2, para uso apenas de manejo sustentável, densidade de ocupação nessas áreas é baixa, o que altera é o percentual. Ela passa a ser proposta em um quantitativo somente de 4% do nosso Estado. Aqui a gente pode observar que houve alteração da Zona 2 para a Zona 1, por isso houve essa redução em

vários locais. Aqui em Cerejeiras, Pimenteiras, Alto Alegre, Nova Mamoré, Candeias do Jamari, Porto Velho, Machadinho. Então, vários locais tiveram essa alteração de Zona 2 para Zona 1, por isso houve redução nesse Projeto de Lei.

A Zona 3 continua na proposta tendo três subzonas: 3.1, 3.2, 3.3, e continua sendo as unidades de conservação estadual, federal, municipal e também terras indígenas, voltadas totalmente para a conservação de recursos naturais. Passa a ser, nesse Projeto de Lei, 39% do nosso Estado. Lembrando que esse percentual foi levantado no final de 2018 até 2020. Então, a gente também viu esse aumento de Zona 3 em alguns outros locais do nosso Estado, como Guajará-Mirim, Porto Velho, Machadinho D'Oeste e Cujubim.

E aqui um panorama geral do que o Projeto de Lei tem como objetivo, que é ampliar a Zona 1; reduzir a Zona 2, no caso a Zona 1 passaria a ser 55%, a Zona 2 com 4%; e a Zona 3 com 39%. E também caracterizar aqueles núcleos urbanos de todos os municípios, sendo um quantitativo de 2% do nosso Estado.

E hoje, trazendo para a realidade que nós temos, esses percentuais já seriam um pouquinho diferentes. Então, nós teríamos, com base no projeto e com base no que a gente tem hoje de Zona 3, teríamos 54% de Zona 1; 3% de Zona 2; e 41% de Zona 3.

Aqui, só para os senhores terem uma noção de uma comparação da evolução do zoneamento do nosso Estado. No primeiro zoneamento tinha seis subzonas. Se formos comparar quanto a percentual, no primeiro zoneamento, o que equivalia à Zona 1 era mais ou menos 42%. Já no segundo, temos aqui 50%. No primeiro zoneamento, a Zona 2 era mais ou menos 30% do nosso Estado. No segundo, já foi 15%. E Zona 3, que era 29%, passou a ser 35% no zoneamento de 2000.

Hoje, estima-se que tem um percentual, mais ou menos, de que a Zona 1 seria 54%, teria um aumento de 4%; a Zona 2 ficaria em 3%, tendo redução de 12%; e a Zona 3, de 41%, tendo um aumento de 6%.

E os senhores devem estar perguntando: mas por que a necessidade de se atualizar o zoneamento socioeconômico do nosso Estado?

O primeiro motivo é o crescimento que já tivemos, tanto populacional quanto na economia. Devido ao crescimento e à diversificação da nossa base produtiva, é necessário que essa ferramenta seja atualizada.

A legislação que rege a atualização do zoneamento no Brasil prevê que ele pode ser atualizado a cada 10 anos, no mínimo. E nós temos hoje 25 anos de zoneamento desde o último zoneamento feito e aprovado, que foi no ano de 2000.

Hoje, a gente observa que aqui no Estado a nossa base econômica é 63% do setor de serviços, 19% da agropecuária e 18% de indústrias. E a questão de atualizar o zoneamento vai interferir muito no crescimento do Estado, porque há como proposta a expansão de áreas de uso e se respeita também a conservação de várias outras áreas. Então, está crescendo tanto a questão de áreas produtivas, quanto as áreas que devem ser preservadas.

Em números, a economia do Estado cresceu muito quanto ao rebanho bovino. Em 2022, o rebanho chegou a 17 milhões de cabeças, que é um avanço discrepante. Se nós formos observar, o ano que o zoneamento foi aprovado, nós tínhamos aproximadamente 6 milhões. Na verdade, com base nos dados de 2022, nós tínhamos 17 milhões. E se nós formos atualizar esse dado, hoje, ele é muito maior. Atualmente, o Estado de Rondônia produz muito mais e tem uma atividade muito mais fortalecida quanto à pecuária.

O outro ponto também é relacionado ao cultivo de grãos. O Estado tem crescido muito quanto ao percentual de plantios de grãos. Há um aumento de 7% de áreas plantadas, conforme o Informativo Agropecuário de Rondônia. E esse aumento no plantio vem tanto de soja, milho, arroz e também do café.

Podemos observar aqui o quanto a questão da produção do café tem avançado no nosso Estado: em 2012, se tinha 85 mil toneladas; e em 2023 tem uma estimativa de 224 mil toneladas - praticamente triplicou em um período de 11 anos.

É interessante a gente observar isso quanto às áreas plantadas. Hoje, temos 665 mil hectares plantados com soja, 317 com milho, 53 mil com café e 43 mil com arroz. Esses são dados da safra 2023/2024, mas que hoje podem ser um pouco maiores com as atualizações das áreas plantadas.

O Estado de Rondônia também vem se desenvolvendo quanto à floresta plantada. A gente sabe que aqui para a região do Cone Sul isso é algo muito visível, com um crescimento, uma expansão, muito grande. E hoje, o Estado tem cerca de 12 mil hectares de floresta plantada com eucalipto, pinos e outras essências.

Além disso, nós temos também um expressivo desenvolvimento quanto à piscicultura. Sendo o Estado maior produtor de tambaqui do Brasil, representando cerca de 31% da produção brasileira. Rondônia é muito expressivo nessa produção. Em 2019, teve cerca de 68 mil toneladas de produção só de tambaqui.

Também temos uma expressão muito grande, que vem crescendo todo ano, quanto às exportações. Hoje, o Estado de Rondônia é o segundo maior exportador da região Norte. Dentre os produtos mais exportados são a soja, a carne bovina, o milho e o café.

O segundo motivo para a atualização desse zoneamento é por realmente ser um dispositivo de gestão. O zoneamento indica onde e o que se fazer quanto à atividade rural. Então, se eu tenho uma atualização das minhas zonas, das minhas subzonas e das atividades que eu posso atuar ali, terá um balizador do crescimento social, econômico e ambiental do Estado, que vai trazer uma segurança jurídica tanto para o meio público quanto para os produtores rurais.

A partir do momento que eu sei qual atividade eu posso ter em determinada zona e o que eu posso licenciar, se torna muito mais seguro para quem vai produzir e para quem vai licenciar. Então, é uma ferramenta de extrema importância para a gestão de todo o Estado.

E um terceiro e último motivo é que os estudos já foram realizados no período de 2015 a 2018. Eles foram discutidos, aprovados e já se tem o produto disso que é o Projeto de Lei de 2020. Então, nós temos um grande caminho já percorrido para essa atualização. E eu fecho essa apresentação com essa reflexão: "a atualização do Zoneamento Socioeconômico Ecológico é uma ferramenta estratégica, é um compromisso com o futuro do Estado de Rondônia."

Obrigada a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Depois de ouvir a Doutora Débora Rosa, nós vamos ouvir o Secretário Marco Antonio Lagos.

Os senhores talvez estejam estranhando o fato de a gente não ter ouvido as autoridades. Eu disse que a ideia é ouvir os senhores, portanto, necessária a apresentação, a gente ouvir os senhores; depois, no último momento, as autoridades já falam as suas declarações em tom de despedida e a gente encerra.

Com a palavra o Secretário de Desenvolvimento Ambiental, Marco Antonio Lagos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Boa noite a todos. É uma honra estar aqui, muito mais na cidade em que passei uma parte importante da minha vida. Morei aqui de 1990 a 1993. Foi uma fase muito feliz. Agradecer aqui aos deputados: Ismael Crispin, Jean Mendonça, Luizinho Goebel, Dr^a Taíssa, Cirone Deiró.

Agradecer a toda a Assembleia Legislativa que está promovendo essas Audiências Públicas muito importantes para o nosso Estado. Agradecer a brilhante apresentação da engenheira Débora, ao nosso colega Secretário aqui, Doutor Douglas. E deixar um agradecimento especial a duas pessoas aqui de Pimenta Bueno: ao senhor Euflávio e ao Doutor Ângelo. Dois amigos, pessoas que me conheceram criança, e é uma honra compartilhar a amizade com Vossas Excelências. Muito obrigado.

Agradecer a Aprosoja, a Faperon, a todas as instituições privadas e públicas que aqui participam e ajudam muito na discussão do zoneamento.

O zoneamento é uma ferramenta, como muito bem explicado pela Débora, de gestão do território, socioeconômico ambiental. O zoneamento serve basicamente para declarar as áreas, cada um com a sua atividade, para que o Estado possa fazer os devidos investimentos conforme cada área permite. Eu vou ser bem breve, até porque à noite é mais cansativo.

Zoneamento pode criar ou desafetar reserva? Não. Não é função do zoneamento nem criar, nem desafetar. Ele declara. Tanto que zona 3.1, reserva estadual; 3.2, salvo engano, reserva federal; e 3.3, terra indígena. Terra indígena e

reserva federal são criadas só por lei federal. Não cabe ao Estado nem discutir. É lei federal.

Reserva estadual é criada por lei própria para cada reserva, ou pelo menos, lei própria para a criação de reserva. E para desafetar, mesma coisa, lei própria para a desafetação, com seus ritos necessários. Não cabe ao zoneamento fazer isso.

Zoneamento pode alterar fitofisionomia? Não. Não cabe ao zoneamento criar fitofisionomia. "Ah, mas eu tenho uma área ali". Meu amigo Ângelo comprou uma área e diz: "Olha, aqui não é floresta, é cerrado." Como ele faz? Ele faz um estudo da sua área, por engenheiro florestal, encaminha à Sedam, que tem uma comissão de fitofisionomia pré-definida com, salvo engano, são 10 engenheiros da casa, concursados. Vão ser escolhidos três dentre esses 10, a comissão já existe, já é montada, você não sabe quais vão ser sorteados, mas sabe que estão entre os 10. E eles vão fazer o estudo, analisar o estudo que você apresenta e mais um estudo de campo, eles vão a campo e declara se é ou se não é cerrado ou floresta e assim por diante.

Então, aqui no zoneamento não é nesse momento para se alterar. Agora, se altera de Zona 2 para Zona 1 ou para Zona 3. Para Zona 3, não. Você pode até alterar, mas você não vai ter como dizer qual reserva vai ser. É estadual? Beleza. Ela é o quê? Ela é uma Estação Ecológica? Ela é uma APA (Área de Proteção Ambiental)? Ela é uma reserva extrativista? Não tem como ela dizer. Então, a criação de reserva é por lei própria, não será feita pelo zoneamento. Não pode. Nem criação, nem desafetação, nem reclassificação. Também não pode. "Eu estou numa reserva extrativista, eu posso transformar numa APA?" Tem lei para isso. A forma de fazer é por lei própria, não pelo zoneamento.

Mas, ele pode alterar, sim, em uma Zona 1, de 1.1 para 1.2 e assim por diante, conforme o Estado está lá. Conforme tem estradas, tem estrutura, ou deixa de ter. isso pode ser alterado, sim, pelo zoneamento.

Deixa-me ver mais algum ponto importante. E caso também tenha alguma dúvida, eu estou aqui para solucionar, para responder. E a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, por ordem do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, está com seus 14 escritórios, dentre eles, Pimenta Bueno, abertos e de braços abertos a recebê-los. "Mas eu não sou de Pimenta Bueno, eu sou de Cacoal." Temos escritório em Cacoal, temos em Vilhena, temos em Cerejeiras, Colorado do Oeste, são 14 escritórios regionais. Pode entrar em contato, que a Secretaria vai atender e vai tirar suas dúvidas, responder conforme a possibilidade.

Nós somos parceiros, estamos aqui, sim, participando de todas as Audiências Públicas, com parceria da Assembleia Legislativa, para fazermos o melhor pelo Estado de Rondônia, trazermos o melhor desenvolvimento possível. Essa é a ordem do Governador Coronel Marcos Rocha: desenvolver o Estado de Rondônia, não a todo preço, mas no limite que a lei permite, da lei brasileira. Somos cumpridores da lei brasileira, iremos sempre cumprir o que manda a lei, o que manda a Constituição e os ditames de uma sociedade democrática.

Muito obrigado a todos e qualquer coisa estou à disposição para tirar dúvidas ou até para responder a qualquer questionamento. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Secretário Marco Antônio, também à Doutora Débora.

Nós vamos passar o momento da oitiva e de ouvir os senhores. A nossa Taquigrafia está aqui trabalhando esses registros, vou repetir, pedir a gentileza, do nome completo, o endereço, o município que está falando, isso é importante para nós. E, conforme consignado no primeiro momento, nós não vamos fazer contraponto, é importante que os senhores façam o encaminhamento daquilo que os senhores acham importante dentro desse tema. Está sendo feito todo o registro para que a gente, de fato, tenha condições de fazer um bom trabalho aqui.

Nós recebemos uma grande nominata de inscritos aqui, vamos trabalhar a possibilidade, de repente, de ouvir todos, vamos nos esforçar para isso. Aproveito para cumprimentar aqui o Prefeito de Teixeiraópolis, o prefeito Osmy Toledo, muito obrigado pela presença. Também o Hélio Dias, que é Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia, está aqui nos acompanhando.

Nesse momento, então, passamos às oitivas. Inscrito aqui o senhor Alex Sandro Guaitolini, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Cacoal. Vou pedir para o Cerimonial que está com o microfone, para levar o microfone.

O SR. ALEX SANDRO GUAITOLINI - Muito boa noite. Sou Alex Guaitolini. Estou como Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Cacoal e Ministro Andreazza. Eu queria saber sobre o zoneamento, a gente soube da aprovação que teve, que passou pela Assembleia, que foi vetado em 2020, e agora estamos tendo essa audiência tratando novamente do zoneamento aqui em Pimenta Bueno.

Eu quero saber quais são os próximos passos que vão acontecer para que tenhamos um novo zoneamento aprovado em nosso Estado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. Obrigado, Alex. Como a sua pergunta é bastante simples, eu vou tentar adiantar aqui com a resposta, para a gente ganhar tempo. Na verdade, esse é o momento das Audiências Públicas. Ao nosso sentir essa aproximação, naquele outro momento, não aconteceu com tanta clareza, com tanta transparência como está sendo agora. Nós estamos na quinta Audiência Pública de uma série de seis.

O acordo com o Governo do Estado é que, após esse momento de Audiência Pública, após esse apanhado, o Estado também, com a sua organização, fazendo o estudo, aprimorando isso, chegue à Assembleia uma Mensagem de Lei que seja aprovada pela Assembleia, e não basta isso. Ainda assim, depois de aprovado pela Assembleia, esse projeto precisa ser aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. Por isso, o cuidado que a gente está tendo. Muito obrigado.

Nós temos escrito aqui para falar o Doutor Noel. Eu vou pedir para se identificar, porque para mim está só o primeiro nome, Noel. Fique à vontade.

O SR. NOEL NUNES DE ANDRADE - Boa noite a todos. Meu nome é Noel Nunes de Andrade. A gente está se pronunciando apenas para apoiar essa Audiência Pública, saber o quanto importante é para o Estado de Rondônia, para a nossa população, principalmente para os produtores rurais, a aprovação e ter um norte para saber como trabalhar, como fazer suas atividades. É só o apoio mesmo. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Doutor Noel.

Eu tenho uma inscrição do Francisco Andrade, que é Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Soldado da Borracha. O Francisco chega a ser um ativista nesse segmento, está acompanhando ativamente as Audiências Públicas e está aqui em Pimenta Bueno. Com a palavra, o Senhor Francisco Andrade, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Soldado da Borracha.

O SR. FRANCISCO DE ANDRADE - Boa noite a todos. Como o deputado bem falou, a gente tem acompanhado essas Audiências Públicas pelo Estado de Rondônia e eu estou aqui representando a Associação dos Produtores Rurais do Soldado da Borracha.

Antes de eu falar propriamente desse tema, que é muito importante para o Estado de Rondônia, eu quero dizer aos senhores que nós estamos em um ato, em um movimento no trevo da cidade de Cujubim, no acesso à BR-364, neste Estado. Estamos ali com aproximadamente mais de 300 famílias, mais de 300 produtores rurais, que estão ali em um ato de indignação, um ato de protesto devido à forma como o Estado tem tratado o homem do campo, o produtor rural que produz e que coloca o alimento na mesa de todos nós.

Estamos ali já há três dias nesse ato. Eu quero aqui agradecer à PRF (Polícia Rodoviária Federal) que tem sido parceira desse movimento, tem nos ajudado, porque, na realidade, nós não queremos impedir as pessoas de terem o seu direito de ir e vir. Nós não somos marginais, nós não somos MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), somos produtores rurais do Estado de Rondônia.

E é com muita tristeza no meu coração, que presto aqui esse depoimento aos senhores. Tenho dormido muito pouco esses dias. Para estar aqui com os senhores nesta noite, eu andei

mais de 400 quilômetros, porque sei a importância deste tema para o Estado de Rondônia. E eu fico muito triste quando eu vejo pessoas aqui que se levantam e dizem: "Eu estou aqui para apoiar", sem saber o que significa de verdade esse tema.

Eu quero dizer aos senhores que estão aqui presentes nesta Audiência Pública: se esse Zoneamento Socioeconômico e Ambiental do Estado de Rondônia for aprovado nesses moldes que estão sendo apresentados aqui, o nosso Estado vai falir. Vai quebrar o Estado de Rondônia! Vocês podem ter certeza do que eu estou falando para os senhores.

E você pode me perguntar por quê? E eu respondo, é simples: nós temos, hoje, 11 unidades de conservação que foram criadas nesse Estado pelo desgoverno chamado Confúcio Moura, que destruiu e tirou o sonho e a paz de milhares de famílias nesse Estado. Muitos já morreram e outros estão em depressão por causa desse desgoverno, que tem causado isso na vida das pessoas! Isso é um absurdo que está acontecendo no nosso Estado.

Eu sou de uma região onde temos Título e Escritura Pública. E sabe o que é lá hoje? Uma reserva, uma Estação Ecológica. Isso é uma vergonha para este Estado. Nós temos Título emitido pelo Incra no ano de 1982, e, em um momento de loucura de Confúcio Moura, ele decretou uma Estação Ecológica chamada Soldado da Borracha.

Não somos contra o Estado criar reserva, mas é preciso que seja seguido o processo legal. Respeite o direito do cidadão brasileiro, daqueles que deram a vida por este Estado, que saíram das suas regiões, dos seus Estados, vieram edificar as famílias aqui e têm sustentado esse Estado, mas que estão tendo o seu direito de propriedade usurpado pelo o Estado. E isso tem deixado a gente muito triste.

E quero dizer aos senhores que estão aqui, nesta audiência, e dirijo-me agora, especificamente, aos senhores Deputados Estaduais que estão aqui, a senhora Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cirone, Deputado Luizinho, me direciono diretamente aos senhores. Os senhores foram eleitos e estão eleitos por esse povo. Os senhores são representantes legais desse povo, deste Estado.

E eu quero dizer uma coisa para os senhores: se esse zoneamento chegar àquela Casa de Leis nesses moldes e for aprovado, a culpa será dos senhores. Porque, hoje, eu represento aqui 726 famílias do Soldado da Borracha. São 1.400 Títulos emitidos pelo Incra em toda aquela região, e em um ato irresponsável do cidadão chamado Confúcio Moura, decretou reserva, não respeitando o nosso direito de propriedade. E eu me sinto envergonhado com isso.

Para encerrar aqui a minha fala, eu quero dizer aos senhores nessa noite, que esse zoneamento não pode ser votado naquela Casa de Leis, Deputado Cirone, enquanto essa Assembleia, juntamente com o Governo do Estado de Rondônia não revogar esses decretos malditos que têm matado cidadãos desse Estado e que tem tirado a paz, o sono de muitos produtores rurais neste Estado de Rondônia.

Eu quero aqui finalizar com isso e dizer que nós vamos acompanhar essas Audiências Públicas, seja onde forem no Estado de Rondônia, porque a única ferramenta que eu tenho é a minha voz e essa nós vamos usar.

E como diz o tema aqui, é uma audiência pública. Então, se é uma audiência pública, nós podemos falar. Não estou aqui para agradar aos senhores. Posso desagradar alguns aqui, mas, Rondônia é uma mãe. Rondônia tem filhos naturais, também tem filhos adotivos, como eu sou um. Eu não sou filho natural desta terra, mas fui adotado por ela. E aqui tenho vivido e com muita luta, sustentado a minha família com esta terra.

Mas os filhos, tanto os naturais, como os adotados têm uns que conseguem evoluir mais, outros menos, mas este Estado não pode tirar o direito daqueles que são menos favorecidos de ter a oportunidade de crescer também aqui.

E o que está acontecendo aqui, hoje nesta Audiência Pública, se esse zoneamento for aprovado, o que vai acontecer nesse Estado de Rondônia é que milhares de famílias vão ter o seu direito de produzir na terra, tirado, porque as suas áreas vão ser decretadas reservas. E, meus amigos, tchau.

É a minha fala. Muito obrigado pela oportunidade, deputado. Eu agradeço a oportunidade que o senhor está nos dando para que a gente traga aqui a nossa fala, o nosso recado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Francisco. Nós estamos cumprindo o mandamento constitucional, dando o direito à voz dos senhores.

Agora, nós só precisamos compreender que nós temos uma lista grande para falar. Eu entendo a indignação, eu entendo, às vezes, a interpretação da pessoa que está adiantando o voto da situação, compreendo tudo isso. Mas, nós vamos precisar ser céleres. Se eu abrir aqui a fala para todos, se todo mundo falar 15, 20 minutos, eu vou precisar fechar a porta para a gente ficar pronto aqui para passar a noite. Eu estou pronto para isso. Está tudo tranquilo.

Mas, a gente precisa ter um tempo para ouvir todo mundo. Compreendo a indignação, e é isso mesmo, audiência pública é para isso. Mas, eu vou pedir para os senhores serem breves na fala, senão vou ter que colocar tempo, é uma coisa que eu não gostaria de fazer.

Agora, convido para a fala o senhor Hélio Dias, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia.

O SR. HÉLIO DIAS DE SOUZA - Cumprimento o nosso Presidente da Comissão Deputado Ismael Crispin, Deputada Dr^a Taíssa. Em nome de vocês, cumprimentar todos os demais deputados. Nosso Secretário Marco Lago, a prefeita e as demais autoridades.

Cumprimentar aqui, em nome do Alex Guaitolini, Presidente do sindicato aqui do nosso sistema de Cacoal, do senhor Zé de Carvalho, aqui de Pimenta Bueno, todos os produtores rurais que estão aqui presentes. Eu sou Hélio Dias, Presidente da Federação da Agricultura e também do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Estou aqui em Rondônia desde 1982, 45 anos, aqui na região central do Estado.

Pude observar, deputado, a bela apresentação da Débora, que mostra que no ano de 2005, a Zona 1 estava ao longo da BR-364 contemplando praticamente a região que, realmente, foi povoada até 2005. A gente também pôde observar na fala da Débora, da nossa técnica, a importância de se fazer uma alteração na nossa lei estadual, no nosso zoneamento, para atualizar.

É uma ferramenta de gestão apropriada para, realmente, fazer justiça na questão do ordenamento do uso do nosso território. Em Rondônia nós tivemos uma povoação, uma migração muito grande até os anos 2000, 2005, quando essa região central foi totalmente povoada, principalmente de Ariquemes para cá, foi a região de maior intensificação da migração.

Mas, nós temos que ver o Estado como um todo, Deputada Dr^a Taíssa. A região norte do Estado de Rondônia, a região de Buritis, a região de Machadinho D'Oeste, a região de Nova Mamoré, a região da BR-429, houve uma migração muito forte a partir dos anos 2005.

Então, realmente, são muitos anos que nós estamos atrasados no tempo em atualizar essa ferramenta tão importante de políticas públicas para o Estado, para os municípios e também até para conseguir recursos de uma forma ou de outra.

Dizer que eu tenho recebido inúmeros produtores de diversas regiões do Estado, principalmente da região norte, recebi por várias vezes o pessoal da região de Cujubim, da região de Samuel, e a gente sabe das dores que eles têm e os problemas que eles enfrentam.

Eu acredito que essa proposta que está bem enxuta, que é uma proposta madura. Ela já vem desde 2020 sendo construída. Foi realmente uma Comissão bastante heterogênea, como foi explicado ali, formada por técnicos, pelas instituições, pelas entidades que percorreram esse Estado. Lembro aqui na pessoa do Edson Afonso, dois ou três da Federação da Agricultura que andou esse Estado, na época, para poder, realmente, observar alguma fragilidade, para que fizesse um Projeto de Lei com a consistência necessária dentro da realidade.

Mas, para finalizar, eu entendo que é o momento, independentemente do que pode acontecer, é o momento de dar um passo à frente, em termos de discussão. Esse é o momento oportuno de ouvir a todos, e vocês estão disponibilizando isso. O governo está, de uma forma muito inteligente, juntamente com a Assembleia, fazendo o que a lei manda, ouvir quem realmente são os atores, que vivem nos municípios.

Deputado, eu acredito que é importante também se pensar tecnicamente a equipe da Sedam, a equipe da Assembleia, e talvez deixar um dispositivo nessa lei. Deixar um dispositivo para que áreas onde for feito algum estudo de impacto econômico, ambiental e social, se vier a ser aprovado no dia de amanhã, ele possa ser reenquadrado ou reclassificado para a Zona 1.

Então, muitas vezes, eu tenho recebido diversas caravanas que trazem ideias. Mas, a gente sabe que a gente tem que avançar. E a lei não é engessada. De 10 em 10 anos, ela dá oportunidade para que possa ser feita essa reclassificação.

Desta forma, eu quero encerrar minhas palavras dizendo que nós da Federação da Agricultura, os sindicatos, os 37 sindicatos de produtores rurais, a gente vai continuar acompanhando esse Projeto de Lei até ele chegar na Assembleia, de uma forma bem estruturada, e no dia de amanhã vamos acompanhar a votação de perto, porque o que interessa é que realmente nós possamos ter uma ferramenta, e temos que ter.

A gente sabe que os interesses são grandes, os problemas são muitos, mas aí, pela forma que foi apresentada, áreas protegidas nós vamos garantir. A questão da área de produção, Zona 1, 54%, tirando áreas das cidades, enfim. Está bem instruído esse Projeto de Lei, está bem amadurecido para ser votado. Então, é a oportunidade de a gente dar esse passo e tem que ser em 2025.

Eu gostaria de pedir celeridade ao governo do Estado, através da Sedam, através do Governador Marcos Rocha, e que a Assembleia também dê essa celeridade necessária para que até o final do ano a gente possa aprovar essa matéria. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado pela fala, senhor Hélio Dias.

Convido Cláudio Vieira Guedes. Está aí? Saiu?

Próximo, o senhor Edson Afonso.

O SR. EDSON AFONSO RODRIGUES - Boa noite a todos. Meu nome é Edson Afonso, estou aqui representando a APRON, a Associação dos Pecuaristas do Estado de Rondônia, recentemente criada, também os sindicatos da 429, região do nosso presidente dessa audiência de hoje, Deputado Ismael Crispin. E, inclusive, estive presente naquela oportunidade da audiência em São Miguel. Cumprimentar toda a Mesa, em nome dos deputados, a prefeita, muito obrigado por nos receber aqui.

Primeiramente, eu gostaria de relembrar um número que foi colocado ali. Também eu faço parte da Comissão Estadual do Zoneamento, a qual debateu o projeto após a Comissão técnica. Fizemos parte dos debates, levamos grandes propostas que foram incluídas. Gostaria de dizer para todos vocês, os deputados fizeram também um bom trabalho no zoneamento em 2021. O problema foi muito mais técnico numa parte de alteração de zonas. Poderia ter havido um Veto Parcial e, naquela época, esse projeto ter sido aprovado na forma que foi.

Mas, foi colocado um número ali que, no primeiro zoneamento, Rondônia tinha 3% de unidade de conservação. Hoje nós estamos com 39%, com essas 11 últimas criadas. E eu gostaria, em nome da APRON, senhor Antônio Francisco, Presidente da associação, gostaria de dizer para o senhor que a APRON está trabalhando junto e apoiando as entidades,

o governo, os deputados. Também, fomentando de alguma forma, que seja resolvida essa questão das 11 de unidade de conservação, que afetaram tantas pessoas no Estado. Também acompanho ali na região de Alta Floresta, pessoas que foram afetadas, São Francisco do Guaporé, pessoas na Limoeiro foram afetadas. Então, a gente tem debatido isso com o governo.

Mas, como entidade, parablenizo vocês pela ação recente. Acompanhei sua entrevista hoje, inclusive na Auri Verde, parabéns pelo trabalho. É isso aí, tem que buscar uma solução.

O zoneamento, deputado, vou tentar ser bem reto: o zoneamento de 2021 e 2022 foi muito bem construído. O senhor relatou na Comissão de Constituição e Justiça, incluiu a parte de texto e depois, infelizmente, houve o Veto Total. Mas ali houve uma divergência entre Assembleia e governo.

Nosso setor produtivo, como Federação da Agricultura, Federação da Indústria, Aprosoja, participamos da reunião em que houve o acordo de que o governo mandaria novamente o mesmo projeto que saiu da Comissão Técnica, que passou na Comissão Estadual. Mandaria de volta. A Assembleia que faria aquele trabalho. não seriam incluídas novas situações, como as que aconteceram, e esse Projeto de Lei seria colocado em votação na Assembleia e iria para a sanção do Senhor Governador.

Mas, isso foi no início de 2022, e essa Mensagem do Governador ainda não foi. Eu acho que é isso que a sociedade está pedindo, que ele encaminhe novamente esse projeto conforme foi. E os deputados estão alinhados com o governo, isso é muito importante para nós do setor produtivo, esse alinhamento entre governo e deputados. E vocês têm o apoio do setor produtivo para que esse projeto realmente saia do papel e venha a se consolidar.

Só lembrando que vocês, deputados, aprovaram uma lei a 1.193 na Rondônia Rural Show de 2023, que até hoje não tem um Decreto de Regulamentação, senhor Secretário. Então, não é só fazer as leis, mas termos as regulamentações e as alterações das portarias. Hoje nós trabalhamos com portaria de desmatamento de 2006, me parece. Então, são algumas coisas que precisam realmente dar continuidade.

Queria só deixar um último ponto, esse projeto de 2021 e 2022, construído em 2020/2021, foram feitas várias alterações como mostraram - e eu gostaria de dizer que ali foram feitas -, porque eu acompanhei em quatro lugares, andando com o pessoal da Sedam por mais de 15 dias em São Francisco e Costa Marques. Então, eles foram *in loco*, foram na beira do rio, ver onde é o rio, onde são as coisas, para fazer as alterações de Zona 1 para Zona 2. Por isso que a gente sempre está apoiando essa mudança do zoneamento, que vai trazer melhorias econômicas para o nosso Estado.

Só um minutinho, deputado, só para concluir agora. Eu tenho visto que foi dito por vários, inclusive pelo o próprio senhor deputado hoje, que, o Projeto de Lei de Zoneamento é aprovado pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Não, não é mais.

Tem uma lei com mais de 10 anos que Conama não aprova mais. só que tem uma regra, que é o Decreto nº 4.297, se o zoneamento do Estado de Rondônia for aprovado e tiver uma Comissão Estadual - e nós temos a Comissão Estadual, as entidades e os deputados fazem parte - se ele for aprovada pela Comissão Técnica, pela Comissão Estadual e pela Assembleia e sancionada, não passa pelo Conama mais. Ela só vai para o Conama se o Estado não tiver Comissão Estadual do Zoneamento.

Então, isso é um ponto positivo. Onde se fala que o Conama não vai aprovar nada de alteração. Não, isso não existe mais. Tivemos reunião com o Hélio Dias, junto com a equipe jurídica da CNA (Conselho Nacional da Agricultura e Pecuária) esses dias, e realmente isso é dessa forma.

Parabenizo a todos os produtores por estarem aqui presentes. Parabenizo o Deputado Ismael Crispin e a Deputada Dr^a Taíssa membros da Comissão, por estarem chamando essa ação novamente. Estamos à disposição.

Marco Antonio, por último, deixei por último para você. Em 2020 e 2021, o então Secretário Elias Rezende, abriu as portas da Comissão Técnica para o setor produtivo estar debatendo ali. E quando foi para a Comissão Estadual já foi mais ou menos pronto.

Gostaria de pedir para você, se for possível, abrir ali o Hueriqui e a Comissão Técnica, para a gente ter uma ou duas reuniões nesse período com a Comissão, para a gente ter algum alinhamento e poder contribuir. A nossa missão é contribuir com vocês. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ao senhor Edson Afonso.

Inscrito Luiz Henrique Melo, Engenheiro Agrônomo do Município de Parecis. Com a palavra, Luiz.

O SR. LUIZ HENRIQUE MELO - Boa noite a todos. Meu nome é Luiz Henrique, sou engenheiro agrônomo formado há 38 anos, tenho 64 anos e estou 20 anos em Rondônia. Sou do interior de São Paulo, de São José do Rio Preto.

Tem muita coisa para se dizer aqui. Já trabalhei um pouco aqui em Rondônia, entre 2010 a 2012 com o georreferenciamento do Estado inteiro. Então, eu andei pelo Estado de Rondônia inteiro um pouco. Andei na região de Cujubim, onde eu tinha uma propriedade de 100 alqueires, e perdi justamente por isso.

O "lindo" Governador de Rondônia decretou uma reserva extrativista, onde eu tinha 100 alqueires com 20 alqueires abertos de pastagem. E virou reserva extrativista, que hoje está na mão de madeireiros amigos de Valdir Raupp, onde exploram como uma associação a Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá, em Machadinho D'Oeste, divisa com Cujubim. Tenho outra propriedade também em Parecis.

Bom, eu queria saber, principalmente dos políticos de Rondônia, por que eles aceitam esse zoneamento que é feito no Estado? E, diga-se de passagem, infelizmente nosso Estado é pobre, em comparação com a nação brasileira. Aqui, nós temos que preservar 80% de reserva. Quem recebe alguma coisa por isso? Aqui tem empresários e produtores, e tem funcionários públicos. Mas nós, como empresários e produtores, não recebemos um centavo para preservar essa reserva de 80%. Lá em São Paulo, você detona 80% e planta e aproveita. Minas Gerais, Paraná, tudo lá é aproveitado.

E aqui os políticos aceitam que seja conservado 80% sem pagar nada para ninguém. Você tem, além disso, de você só poder produzir em 20%, você tem combustível mais caro, implemento mais caro, insumo mais caro, tudo mais caro. Que vantagem tem de vir para Rondônia ou de produzir aqui em Rondônia? Está sendo subjugado o povo de Rondônia, tanto os que nascem como os que vêm, como eu, há 20 anos.

Eu sou engenheiro agrônomo, não gosto de desmatar além do que é necessário e do que é permitido por lei, mas eu

acho um absurdo os políticos se calarem e aceitarem que lá podem fazer o que quiserem e aqui não pode. Por que não aceita pelo menos uns 50% que era de direito por esse povo todo que veio para cá, com a esperança de fazer esse Estado grande, a Amazônia grande?

É um absurdo para mim isso, porque vocês aceitam e se calam. Deputados e senadores ficam caladinhos e lá eles dão a lei.

Eu acho um absurdo acontecer isso. Tem muito mais coisa para se dizer. Eu não aceito essas coisas. A gente obedece, mas não aceita. E vocês estão vendo. Vocês têm o grupo de vocês, uns que falam bem e apoiam vocês. Mas, a maioria do povo, pode ter certeza, não estão com vocês. Não estão mesmo. Elegeram para fazer alguma coisa e vocês não estão fazendo.

Então, eu só quero dizer isso: acorda! Porque a Europa não tem uma lei ambiental como tem o Brasil. E o norte do Estado e o Norte do Brasil é mais penalizado do que o restante do Brasil. Isso não está certo.

Eu estava ouvindo uma entrevista do Ronaldo Caiado. Lá em Goiás ele paga R\$ 400,00 por hectare para preservar uma reserva e R\$ 600,00 onde tiver nascente. O que esse governo faz por nós aqui em Rondônia? Nada. Não faz nada. E os políticos se calam.

Então, é a minha indignação contra isso que acontece da lei ambiental no Brasil. E penalizando, principalmente, o Norte. E olha que eu venho de um Estado que eu tenho propriedade lá também. Eu tenho propriedade em Paula de Faria/SP, divisa com Minas Gerais, terra roxa. E lá é 80% aberta, ou menos, principalmente onde tem cana, que eles mandam mesmo para o chão.

Porque a minha família mesmo, que tinha uma fazenda de 150 alqueires, arrendou para cana. Você sabe o que a usina fez quando foi lá arrendar as terras dos meus tios? Meu pai não arrendou, minha família não arrendou, mas os meus tios arrendaram para cana. Onde tinha árvore, meu amigo, entrava com máquina de esteira, abria aquele buracão, aquela vala, e árvore para dentro.

Tamparam tudo, principalmente aroeira. Eu estava lá, eu aproveitei e falei: "Vai enterrar? Põe na beirada da cerca que eu puxo para cá e uso essa aroeira para mim." Os caras do maquinário encostaram muitas árvores de aroeira, jogaram para dentro da terra, enterraram por cima e hoje está tudo plantado em cana.

Então, eles fazem gracinha lá, eles não obedecem tanto assim, não, às leis. É só isso que eu queria dizer para vocês todos. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, senhor Luiz Henrique.

Eu convido para a fala Oberdan Ermita, representante nacional do Sicoob.

O SR. OBERDAN PANDOLFI ERMITA - Boa noite, deputado. Na verdade, eu sou Conselheiro de Administração. Quem sabe chego lá.

Eu me chamo Oberdan, eu sou produtor rural, tenho propriedade na região de Chupinguaia e sou representante do Sicoob também. Presido a Cooperativa Regional, Sicoob Credip, e também sou Conselheiro Nacional do Sicoob.

Não é trivial esse assunto do uso e ocupação do solo. Isso não é trivial, não é simples. E o zoneamento é justamente um processo dinâmico para trazer segurança jurídica, que tem a ver com a dinâmica da sociedade. Eu acho que aqui a gente vive uma questão no Estado, que são as reservas, a gente não pode considerar que isso não é menos grave, mas são assuntos distintos.

Então, não é não estar sensível a essas questões, até para a gente poder encaminhar a proposta, mas, por que é importante a gente avançar, e aí o meu pedido é que se tenha celeridade nisso. E aí eu falo como produtor rural e também como representante de instituição financeira.

A segurança jurídica é a base para o investimento. Então, se a gente não define o que pode fazer e onde pode fazer, que é o propósito do zoneamento, a gente tem insegurança jurídica. E a gente está com o nosso zoneamento bastante defasado, já que é um processo de uso e ocupação do solo dinâmico e que a gente tem que fazer uma atualização.

Não vai dar resposta para tudo, como eu falei, tem outras questões que são de reserva, são muito desafiadoras, mas o pedido é que encaminhe isso. Nós, enquanto instituição financeira, a gente vive insegurança da certeza do que pode fazer, onde pode fazer, e é preciso encaminhar a atualização do nosso zoneamento,. Portanto, é o interesse da sociedade como um todo.

Não vai resolver algumas questões importantes, pontuais, mas é isso: a importância e a necessidade de a gente aprovar a atualização do nosso zoneamento. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Oberdan.

Rafael Frigomil, está presente? Não está presente. Esther Magalhães? O próximo é o senhor Isaías Soares.

O SR. ISAÍAS SOARES - Boa noite a todos que estão presentes, os nossos deputados estaduais, deputadas, a nossa prefeita, boa noite. Em nome da prefeita, quero cumprimentar todas as mulheres que estão presentes neste auditório.

Pessoal, eu não sei usar muitas palavras técnicas igual vocês, e são bastante números também que a Doutora Débora trouxe para nós hoje aí. Estamos entendendo um pouco sobre esta Audiência Pública, a primeira que eu estou participando, das seis que vão acontecer.

Eu quero contar um pouquinho para vocês aqui da nossa história. Na década de 1960, 1970, meus avós vieram para Rondônia. Um pouco mineiro, um pouco capixaba. Vieram para cá para poder adquirir um pedacinho de terra aqui no Estado de Rondônia. Naquele tempo, que eles chegaram aqui em Rondônia, eles escolheram a cidade de Presidente Médici, pai de família, como meu avô veio, trouxe 14 filhos.

Era derrubar. "O senhor quer um lote?" "Quero." "Então está aqui o lote, o senhor derruba tudo. Porque quando nós viermos aqui fazer a vistoria, se o senhor não tiver derrubado, a gente vai passar o seu lote para outro." Qual está sendo agora a nossa dificuldade? É que a família cresceu. Ele veio para cá com 14 filhos, hoje nós passamos de 200 pessoas.

E como nós vimos aí a fala dos demais, que falaram já, a lei parece que está retroagindo para prejudicar o produtor. Uma hora que o produtor tem que ter mais espaço, soma comigo, veio 14 filhos, hoje nós somos mais de 200 pessoas dessa

família, que veio lá do Espírito Santo e também de Minas Gerais.

Então, a nossa preocupação hoje, eu como produtor rural, nascido aqui no Estado de Rondônia, nasci lá no meio do mato, nativo, eu preciso entender melhor toda essa fala de vocês e também clamar pela comunidade a qual eu vim representar nesta noite.

Eu sou Presidente da APRIA (Associação dos Produtores Rurais Independentes da Amazônia). Para vocês entenderem sobre a nossa comunidade, somos oriundos do PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário). Todos vocês sabem qual é esse programa do governo federal junto ao UTE (Unidade Técnica Estadual), onde hoje nós temos aproximadamente 1.200 assentados no Estado de Rondônia.

O Secretário Marco Antônio falou que não pode mexer na lei. Então, está difícil de nós chegarmos a um denominador, um fator. Por quê? Porque todo dia as pessoas estão crescendo. A terra é o mesmo tamanho. É o mesmo tamanho. Nós precisamos também melhorar, mexer na lei, fazer o que for preciso para aumentar o espaço de produtividade. Precisa produzir mais, são mais pessoas para poder ocupar a terra, mais pessoas para poder comer, para poder beber. Então, precisa melhorar esse entendimento.

Está certo que estamos aqui para poder, quem sabe, criar leis federais ou os deputados podem criar leis estaduais para poder ampliar melhor o nosso espaço. Hoje, veja bem, nós estamos ali, no Marta Regina, estamos enquadrados na lei dos 50%. Até 2008, a legislação dizia que poderia derrubar um "tantão", que eu não vou falar números para eu não errar.

Mas, hoje nós estamos tendo que plantar árvores. Em vez de plantar alguma coisa para a agricultura familiar, nós

temos que plantar árvore, reflorestar novamente onde antes de 2008 já foi derrubada.

Então, eu queria que os deputados fizessem alguma coisa para o pequeno, porque para o grande já temos grandes representantes aí. Então, estou aqui representando os pequenos produtores, da agricultura familiar.

Temos encontrado um impasse muito grande, uma dificuldade muito grande, até porque nosso o esclarecimento, o nosso conhecimento é bem pequenininho também. Por isso que nós somos da agricultura familiar.

Agradecer aqui ao Álvaro por ter feito esse convite para eu estar aqui nesta noite, e a nossa prefeita que tem sempre nos apoiando. Que Deus abençoe a todos por estarem presentes.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Isaías, pela contribuição.

Chamo agora o Zoca, o Jânio Lopes. Se a gente chamar de Jânio Lopes, ele nem dá atenção, mas se chamar de Zoca, ele fala "sou eu".

Ele também é um militante nessa área, com conhecimento. Então, vou pedir, Zoca, nos ajude na questão do tempo - sei que você é muito pragmático nesse sentido - para a gente conseguir concluir nossa audiência aqui. Com a palavra, o Jânio Lopes, o Zoca.

O SR. JÂNIO LOPES SOUZA (Zoca) - Boa noite a todos. Cumprimento todos os integrantes da Mesa, em nome do Deputado Ismael Crispin e da Deputada Dr^a Taíssa. Agradeço pela oportunidade.

Quero aqui também cumprimentar o Edson Afonso e o Hélio Dias, pessoas que sempre estão junto com a gente nessa tratativa em defesa do que é melhor para o produtor rural e para aquelas pessoas que, às vezes, não têm acesso ou não conseguem chegar às autoridades do poder público.

Eu quero aqui, Deputado Ismael Crispin, direcionar ao senhor em relação à situação que hoje o Francisco falou a respeito do Soldado da Borracha, que também faço parte, mas nós temos ali próximo a situação também grave, da Gleba Rio Preto.

Mas, eu não quero aqui me alongar muito, até porque o senhor já me pediu, nessas situações. Mas quero, juntamente com o pedido do Edson Afonso, ao Secretário do Meio Ambiente, pedir para ele que nos dê a oportunidade de participar nessa situação em relação às deliberações, no momento oportuno, para ver de que forma vai ser feito o término, a conclusão, desse zoneamento e quem realmente vai ser contemplado.

Porque, depois de votado e publicado, não tem jeito mais da gente mexer, a não ser daqui a 10 anos. É importante ver essa situação, porque nós temos casos, que o Hélio Dias já mencionou, que podem ficar prejudicados.

Ontem, graças ao empenho do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alex Redano, e de todos os deputados - eu tenho certeza, que temos o apoio de todos, temos que agradecer a isso -, fizemos uma reunião com os três poderes e juntamente com o órgão de controle que é o Ministério Público. É aquele que muitas das vezes, tendo que fazer valer a lei, que ele é o fiscal da lei, acaba prejudicando. Muitas vezes, as pessoas não falam, mas é a verdade.

Mas, ontem conseguimos essa reunião, e eu quero falar disso aqui, porque foi feito uma conversa lá com o Presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Raduan, que ficou

bem claro e demonstrado que a CPI das Reservas trouxe fatos ao conhecimento do Tribunal de Justiça, que até então não tinham sido levados. E é importante falar disso porque, se votarem esse zoneamento da forma que pretende ou da forma que está sendo encaminhado - eu não estou aqui condenando ninguém e nem julgando ninguém -, pode vir a prejudicar uma situação bem próxima de uma decisão, que aqueles decretos podem se tornar todos nulos, e acabar prejudicando as pessoas. Por exemplo, se a Zona 2.1 for para a Zona 3, dificilmente vai conseguir mudar.

Eu sou representante de uma associação lá no Parque Jequitibá, na Vila Nova Samuel, onde tem aproximadamente 800 famílias. É preciso rever aquela situação da Zona 2.1 para a Zona 1, na Vila Nova Samuel, que é o Parque Jequitibá. Precisamos observar isso.

Observar a situação lá do Umirizal, a situação da Serra Grande, lá em Costa Marques, que é a região do senhor, próximo a São Francisco, onde tem pessoas que nasceram lá, que têm 47 anos de idade que nasceram na reserva. Aquele povo que está lá, as áreas deles foram demarcadas pelo Exército, na época, estão lá os marcos. E é preciso olhar por esse povo.

Então, eu peço aos senhores deputados, às senhoras deputadas, ao Secretário do Meio Ambiente, vamos ter um pouco de bom senso, consciência para tratar do caso dessas pessoas também. Vamos olhar com carinho, com atenção, com amor. Eu sei que vocês são capazes e podem ajudar. Não vamos fazer isso a toque de caixa. Vamos dar oportunidade para que a gente possa participar, para que fique, mais uma vez, demonstrado que é da forma correta que está sendo feito, e que está sendo dado publicidade para todos.

Eu quero aqui dizer a vocês que eu sou parceiro, vocês sabem disso. Não vim aqui para criticar ninguém, eu vim aqui para participar, assim como pretendo fazer lá em Machadinho D'Oeste, fui lá em Nova Mamoré. E eu quero poder contribuir naquilo que é bom para todos. Eu acredito que tem que ser bom para todos para que a gente, mais uma vez, faça justiça. Muito obrigado a todos e fiquem todos com Deus.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Zoca, e acho perfeito o teu encaminhamento.

Levi da Silva. Por gentileza, o microfone para o Levi.

O SR. LEVI DA SILVA - Boa noite a todos, sou Levi da Silva. Sou residente de Pimenta Bueno já há quase meio século, certo? Tenho essa cara de jovem, mas já estou com quase 50 anos de Pimenta Bueno. Sou proprietário também de propriedade privada em Pimenta Bueno.

Eu vim aqui para pedir aceleração nesse processo, mas, diante dessa situação que ouço de alguns companheiros, alguns colegas nessa situação, fica até difícil porque o nosso município foi muito bem contemplado. Nós estamos na Zona 1, e isso é muito bom para o nosso município. E espero, através do nosso Presidente Ismael Crispin, e os demais também que estão aqui, vocês estão enfrentando uma, como se diz, uma crítica pesada, mas vocês estão prestando um excelente trabalho para nós, porque a gente sabe que não é qualquer político que se dispõe a fazer isso. A gente vê que tem bastante indisposição, algumas reclamações, mas faz parte.

O que eu quero pedir aqui? Pedir que acelere esse processo. Eu venho desde 2020 acompanhando, faço parte dos Conselhos de Desenvolvimento do Município, represento aqui

a Associação Rural de Pimenta Bueno, represento a Associação Empresarial e estou sempre no, como se diz, nos projetos de desenvolvimento da nossa cidade. Lembrando que também vou atuar na área de aviário, que é para maximizar a nossa produtividade. E é isso, pedir aceleração no nosso zoneamento, é o que nós precisamos para poder trabalhar com mais segurança jurídica. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Levi, pelo encaminhamento.

Nesse momento nós vamos passar a ouvir as autoridades que estão no dispositivo. Convido para a fala o vereador, representante da Câmara Municipal aqui de Pimenta Bueno, Álvaro Deboni.

O SR. ÁLVARO DEBONI - Primeiramente, agradecer a Deus, agradecer a oportunidade dada pelo Deputado Ismael Crispin. Quero aqui cumprimentar o Deputado Luizinho Goebel, Deputado Jean Mendonça, que é aqui da casa, Deputado Ismael, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cirone, que também é meu amigo. Em nome deles, cumprimentar todos da Mesa e a nossa Prefeita Marcilene também.

Quero aqui deixar o meu abraço também para o Grupo Cairu, em nome do senhor Euflávio, que está aqui presente. Muito obrigado. Leve um abraço para o Eugênio. O Osias também está presente. O ex-vereador Vicente Pinheiro, que estava aqui agora também, decano dessa cidade. O Secretário de Agricultura do município, Oziel Almeida. O ex-vereador Sandro Tuca, a ex-vereadora Simoninha, o Vereador Genival, de São Miguel do Guaporé; o Robson e o Fábio de Primavera de

Rondônia. O presidente da associação, a meu convite, pastor Isaías.

E em nome do pastor Isaías e também do Zé Carvalho, quero cumprimentar todos os produtores rurais que estão aqui presentes.

Dizer que a gente escuta o debate, a opinião de todos, alguns mais contemplados, outros menos favorecidos nesse zoneamento, porém, existem as leis, temos que respeitar. Esperamos que esse zoneamento seja o mais breve possível aprovado, tendo em vista que a cidade de Pimenta Bueno, os produtores aqui tem muito a ganhar com essa aprovação.

E eu, como vereador deste município, representando a Câmara Municipal, muito assíduo na parte dos nossos produtores, levando luz no campo, através do apoio dos nossos deputados, estradas, com o "Programa porteira para fora", do "Porteira para dentro". Fui o vereador mais votado da zona rural desse município, com 92 votos, tenho muito orgulho de falar isso, porque realmente trabalhei muito pelos nossos produtores e tive esse reconhecimento.

E quero deixar aqui, nobres deputados, eu sei que o trabalho é árduo, não vamos conseguir agradar todo mundo, porém, a responsabilidade é grande e a gente sabe que o município, o Estado de Rondônia, precisa dessa aprovação para ter mais segurança jurídica.

Então, a gente recebe muitos pedidos sobre isso, e com o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico vai avançar no desenvolvimento sustentável do Estado. É claro que temos que ter responsabilidade ambiental, responsabilidade social, mas também temos que ter responsabilidade econômica para que nosso Estado e também o Município de Pimenta Bueno, na qual eu aqui represento como vereador, possamos avançar.

No mais, muito obrigado a todos e já quero aqui devolver, Deputado Ismael Crispin, Presidente, quero pedir licença, tenho uma esposa me esperando para comemorar o Dias dos Namorados com ela. Estou quase perdendo a esposa aqui, pelo amor de Deus, então eu vou ir para casa e peço licença aqui, está bom para vocês. No mais, muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Eu avisei que a concorrência hoje era desleal com a gente. Mas, convido para uso da fala e suas considerações, o Secretário Adjunto de Agricultura do Estado de Rondônia Douglas Bener.

O SR. DOUGLAS BENER MAIA OLIVEIRA - Boa noite a todos. Em primeiro lugar, agradecer a Deus por estar aqui nessa oportunidade como Secretário Adjunto de Agricultura. Em nome do Presidente dessa Comissão e da Vice-Presidente, Deputado Ismael Crispin e da minha amiga Deputada Taíssa, cumprimentar toda a Mesa, os nobres deputados, meus amigos também.

Meu amigo e Secretário Marco, a nossa anfitriã, Prefeita Marcilene, muito obrigado. A senhora Débora Rosa, pela bela apresentação, parabéns também pelo trabalho. Em nome do meu amigo e Secretário de Agricultura, Osmy, meu parceiro, cumprimentar a todos os agricultores que estão aqui, de Pimenta Bueno e de todos os outros municípios. Em nome do meu amigo Vereador Robson, lá de Primavera de Rondônia, cumprimentar todas as outras autoridades, vereadores, tanto de Pimenta Bueno que de outros municípios. E em nome do meu Secretário de Estado da Agricultura Luiz Paulo, em nome do Governador Coronel Marco Rocha, cumprimento a todos que estão aqui presentes no recinto.

Quero parabenizar todos pelo trabalho, os deputados. A Secretaria do Estado da Agricultura, responsável por criar as políticas públicas e impulsionar a agricultura do nosso Estado, vim aqui hoje realmente para ouvi-los, entender ainda mais sobre o debate e nos colocarmos à disposição para impulsionar esse Estado tão maravilhoso.

Tenho a honra de estar aqui hoje porque nasci no Estado de Rondônia. Pretendo morrer aqui no Estado de Rondônia, sou apaixonado pelo Estado, por tudo que a gente tem. Então, também estou me colocando à disposição essa noite. Parabéns a todos pelo debate. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Secretário Douglas.

Convido para suas considerações o Secretário de Estado e Desenvolvimento Ambiental, Marco Antonio Lagos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Só agradecer à Assembleia, à prefeita, às autoridades aqui e a toda a sociedade que veio prestigiar essa Audiência Pública.

Dizer que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental está de braços abertos a receber críticas, a receber demandas e a tirar dúvidas também. Temos escritório regional em Pimenta Bueno, temos escritório em Cacoal, temos 14 escritórios e todos estão abertos para receber informações, demandas, tirar dúvidas e tudo mais que puder.

Eu agradeço, em nome do Governo do Estado de Rondônia, do Coronel Marcos Rocha, nosso Governador, a todos aqui, muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Secretário Marco Antônio.

Convido para a palavra, ela que é a nossa anfitriã, que nos recebeu muito bem no dia de hoje, a Prefeita Marcilene Rodrigues.

A SRA. MARCILENE RODRIGUES DA SILVA - Boa noite a todos. Que maravilha estarmos aqui hoje. Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade e quero aqui, em nome do nosso Deputado e Presidente da Comissão, Ismael Crispin, cumprimentar todos da mesa. Em nome do nosso Prefeito de Teixeiraópolis, cumprimentar todos aqui presentes.

Quero dizer a vocês que hoje aqui nós tivemos uma oportunidade única. Quero aqui parabenizar os seis deputados que aqui estão, Deputado Jean Mendonça, Deputado Luizinho, Deputado Ismael Crispin, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cirone Deiró, porque nós estamos tendo a oportunidade de ter seis deputados aqui lutando pela mesma causa. Isso é difícil de acontecer. E hoje estamos aqui no interior do Estado e recebendo esses seis deputados que estão preocupados com uma causa tão importante para o nosso Estado.

Quero parabenizar todos que vieram aqui assistir, prestigiar, dar suas opiniões. Eu tenho certeza que a opinião de cada um de vocês, também com as demais que foram colhidas durante as outras quatro audiências e mais uma que haverá, essa equipe, os deputados terão força para buscar o melhor para Rondônia.

Quero parabenizar o senhor Marco, a engenheira Débora pela apresentação brilhante que deixou tão claro o tema aqui para nós.

Que Deus nos abençoe, nos proteja e dê discernimento aos nossos deputados nessa missão que não é nada fácil. Mas eu quero, mais uma vez, dizer a eles - aos 6 deputados que aqui vieram - a gratidão de Pimenta Bueno por estar aqui recebendo vocês. É uma honra para nós estarmos sendo tão prestigiados pela Assembleia.

Quero também deixar aqui meu abraço ao Governador Marcos Rocha, que não está presente, mas tem aqui seus representantes. Levem um abraço de Pimenta Bueno a ele.

Muito obrigada a todos que vieram. Tenho certeza de que desta Audiência e a outra que ainda terá - das quatro audiências que já tiveram - sairá um belo plano de zoneamento para o Estado de Rondônia. Muito obrigada e Deus nos abençoe.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Prefeita Marcilene.

Agora, convido ele que é aqui da cidade vizinha, veio acompanhado da namorada - está todo faceiro - Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa noite a todos. É uma honra estar aqui na cidade de Pimenta Bueno, essa cidade que tem sido o farol do estado de Rondônia.

Quero aqui, em nome do Deputado Alex, cumprimentar todos os nossos produtores e, de forma especial, nossos empresários - em nome do Euflávio, que está aqui presente. Uma saudação também, em nome do Francisco, aos nossos pequenos produtores aqui do Estado de Rondônia.

Dizer da nossa felicidade, Deputado Ismael Crispin, de estar participando desta audiência. E com essas palavras eu

quero cumprimentar o senhor, Deputado Ismael Crispin, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, comissão com a qual eu já fiz parte. Inclusive, participei, à época, das tratativas do zoneamento do Estado.

Cumprimentar o Deputado Luizinho Goebel, da cidade de Vilhena; Deputada Dr^a Taíssa, de Guajará-Mirim; e ao meu amigo, nosso anfitrião, deputado aqui da casa, Jean Mendonça, que faz um brilhante trabalho por Pimenta Bueno e por essa região.

Nós estamos juntos, ombreados e defendido o Estado de Rondônia - em especial a região do café, a região da Zona da Mata, a região a qual nós residimos. Deputado Jean, é uma satisfação estar dividindo assento com você naquela Casa Legislativa, levando as demandas do nosso povo rondoniense.

Cumprimentar o Douglas, Secretário Adjunto da Seagri. Dizer sobre a nossa satisfação, Douglas, de ter você aqui como secretário, ouvindo as necessidades dos nossos produtores, tratando de zoneamento, mas, quando fala de zoneamento, a gente fala de produção.

O zoneamento é o nosso plano diretor - aquilo que nós podemos fazer dentro do Estado de Rondônia. Então, é importante a sua participação. Leve o nosso abraço ao Secretário Luiz Paulo e ao Governador Coronel Marcos Rocha.

Cumprimentar o nosso Secretário de Estado Marco Lagos, da Secretaria de Desenvolvimento e, junto com ele, a engenheira Débora. E dizer a importância que tem a Sedam no Estado de Rondônia. Às vezes, ela é confundida como só a Secretaria que tem a proteção do meio ambiente - e não é.

A Sedam foi criada para desenvolver o Estado de Rondônia. Precisamos olhar as duas vertentes: ter uma maneira de preservar o meio ambiente, mas também nós precisamos dar

condições para o Estado se desenvolver e para as pessoas que escolheram Rondônia para morar, que estão aqui residindo, tenham a condição de ter qualidade de vida.

E por último, cumprimentar nossa anfitriã, a prefeita de Pimenta Bueno, que tem a missão de cuidar dessa cidade, a missão de dar qualidade de vida a essas pessoas que moram em Pimenta Bueno. Desejo a você, Prefeita Marcilene, muito sucesso, que Deus a abençoe e que você tenha o discernimento para escolher o melhor caminho em favor da população de Pimenta Bueno.

Mas, tratando do tema da noite: o zoneamento. Nós temos grandes desafios. A importância do zoneamento para que o Estado continue produzindo. Por exemplo, no município de Pimenta Bueno, temos uma área de transição onde acaba a floresta e começa o cerrado. Na região do Cone Sul, que é uma região produtora da soja, que muitos lá ainda não tem definido a zona que pertence. E nós tivemos demonstrado pela Doutora Débora, que nós tivemos um avanço no zoneamento.

Nos deparamos com a situação de 11 reservas aqui no Estado de Rondônia. E, quando se fala dessas reservas, nós temos que ser um só. Nós somos um Estado só.

Fomos incentivados na década de 1970, na década de 1980: integrar para não entregar. Fomos motivados a povoar esse Estado, esse rincão brasileiro. E quando nós somos motivados a ocupar esse espaço aqui do nosso país, temos sim que produzir, mas nós temos que pensar em nossos irmãos, que estão aqui, que deixaram o seu suor, o seu sangue nessa terra. E da noite para o dia saiu um Decreto que criou as 11 reservas dentro do Estado de Rondônia.

Pessoas que têm Título desde 1982 estão sendo obrigadas a sair dessas terras. São obrigadas a tirar as suas famílias de dentro dessas propriedades. Estão sendo coibidas de

transitar para passar por onde tem uma legalidade do outro lado. O Ministério Público está fazendo o papel dele, de cumprir a lei, porque o Decreto existe.

Mas nós, na Assembleia Legislativa, criamos uma Comissão - a CPI das Reservas - da qual eu faço parte, junto com a Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Alex Redano, o Deputado Delegado Lucas e o Deputado Pedro Fernandes. Essa CPI levantou todo o histórico da criação das reservas.

E para você criar uma reserva, você tem que ter um estudo socioeconômico, você tem que saber se moram pessoas, o que tem nessa reserva, de quem que são essas propriedades. E nada disso foi feito, porque foi constatado dentro dessa CPI.

Então, nós esperamos do Ministério Público, que está aí para cumprir a lei, que olhe esse relatório que foi feito pela CPI, foi votado pela Assembleia Legislativa, pelos nossos deputados estaduais e faça cumprir a lei. Se não teve o estudo, não teve o rito necessário para a criação, que seja dado a devolução dessas terras a essas pessoas que integraram, que estão lá morando, que são áreas antropizadas, que têm famílias, que têm produção dentro daquelas terras.

Esse é o nosso desejo. E, como disse aqui o Zoca, nosso Presidente fez a reunião com os Poderes, com Elias, da Casa Civil, com o Doutor Raduan, com o Ministério Público, e ele. Nessa reunião, está aí, há várias mãos, para a gente construir uma solução, Francisco, para que a gente possa dar honra a essas pessoas que estão dentro dessas áreas.

O Estado precisa avançar, nós sabemos da dificuldade de vocês, nós vamos ombrear, tanto pelo setor produtivo, quanto em defesa do nosso povo que estão nessas 11 reservas.

Que Deus continue abençoando cada um de nós, que possamos ser céleres para que o Estado continue

desenvolvendo, continue produzindo e continue dando honra a essas pessoas que escolheram Rondônia para morar. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Sua Excelência Deputado Cirone Deiró.

Vou convidar ele, que nos apoiou muito nessa semana, ajudou na divulgação, tem sido um grande parceiro e preocupado com a sua região. Deputado prata da Casa, que vocês conhecem bem, Deputado Jean Mendonça.

O SR. JEAN MENDONÇA - Primeiro, boa noite a todos. Cumprimentar o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, meu colega de trabalho Deputado Ismael Crispin, que além de ser um grande parlamentar, faz uma brilhante atuação como Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Estendo a todos os meus colegas, ao Deputado Luizinho, à Deputada Dr^a Taíssa, ao Deputado Cirone Deiró, que faz assento junto à Assembleia Legislativa defendendo os interesses do Estado de Rondônia.

Em nome do Presidente da Assembleia Deputado Alex Redano; cumprimento todos aqui, os Secretários do Governo do Estado; a Prefeita Marcilene, que está presente aqui, cumprimento aqui cada um de vocês.

Não quero ser muito redundante, acho que várias pessoas aqui já colocaram da importância que é o zoneamento. Sabemos o quão importante é avançar para o nosso Estado de Rondônia, gerando uma segurança. Uma segurança tanto para o Estado, para quando se emite uma simples licença, como também para aquele produtor, que possa dar desenvolvimento e crescimento e fortalecer ainda mais o nosso Estado de Rondônia.

O que nós buscamos, na verdade, é isso. É uma segurança. Sabemos que é um tema importante, como também sabemos que é um tema delicado. Cada região aqui tem as suas particularidades. Região de Pimenta, como foi colocado aqui, está dentro da Zona 1, muitas vezes abrange uma série de coisas e conforta uma grande maioria. Mas, tem alguma outra região que possa gerar um desconforto dentro daquela localidade, gerando um transtorno, de repente, para aquelas pessoas que ali permanecem.

Mas, entendo que temos que buscar um equilíbrio. Temos que ter um equilíbrio dentro desse novo zoneamento, no qual já peço aqui, Presidente, para que possa dar celeridade. O senhor tem, estamos na quinta Audiência Pública do Estado de Rondônia, vai fazer mais uma, para que consigamos votar ainda esse ano.

E cada deputado vai fazer o seu juízo de valor, o seu voto, vai estar atento para ver de que forma vai ser votado, ou favorável, ou contrário, enfim. Também estou escutando os meus colegas, escutando a sociedade, que eu acho que é o necessário de cada parlamentar aqui, para que se tome o seu juízo e vote. E vote consciente.

Agradecer aos colegas, mais uma vez, por terem atendido, Presidente. Quando eu vi que o senhor estava levando as audiências públicas dentro do Estado de Rondônia, eu pedi para que Vossa Excelência trouxesse uma para o Município de Pimenta Bueno, para que a nossa população, aqui da nossa região, também estivesse discutindo um assunto tão importante como esse.

No mais, finalizar por aqui, senão daqui um pouquinho também vou perder minha esposa. Como o vereador aqui está quase perdendo a dele, já, já, também vou perder a minha. Pessoal, mais uma vez, obrigado a todos, fiquem com Deus,

feliz dia dos namorados. O Deputado Cirone trouxe a esposa aqui. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer ao Deputado Jean Mendonça, sempre com uma autoestima muito grande. Se a gente não traz a Audiência Pública para Pimenta Bueno, depois não tinha mais como conversar com ele. Então, nós tivemos esse cuidado. Muito obrigado, meu companheiro.

Nós vamos ouvir agora o deputado que é decano na Assembleia Legislativa, que é alguém que já tem debatido esse tema exaustivamente, muito preocupado com essa questão do Estado, e que nos dá a alegria de ser membro da Comissão de Meio Ambiente, justamente para somar força nesse debate. Convido para a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Boa noite a todos. Essas Audiências Públicas são importantes. Ouvi atentamente aqui todas as pessoas que participaram, dentro do seu espaço, e ouvimos aqui várias ideias, várias cobranças, várias críticas, mas a Audiência Pública é para isso.

No passado, quando nós trabalhamos esse projeto, e eu particularmente estou há um bom tempo na Assembleia Legislativa. Nós ficamos em torno de 12 anos discutindo isso, 12 anos. E várias e várias reuniões com poderes, com ONG's, com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, com a parte interessada, as instituições que representam o agro, os produtores e chegamos na Assembleia Legislativa. No dia da votação, depois de muito debate, de muita coisa - eu, inclusive, naquele dia, foi a primeira vaia que eu recebi na minha vida foi lá. Só eu, naquele momento, estava certo, porque eu estava contrariando alguns

interesses, que passou o tempo de se debater e não foi debatido.

Então, nós ouvimos aqui o Guaitolini, o Noel, o senhor Francisco, o Hélio Dias, o Edson Afonso, o Luiz Melo, o Oberdan, o Isaías, o Jânio, e aqui eu vou pegar uma parte quando o senhor Jânio fala, que é da participação.

Então, o momento da participação é essa, mas o Edson Afonso falou uma coisa importante, o Governo do Estado, o Poder Executivo, a Sedam, tem que também abrir para que vocês discutam lá. Mas, a Assembleia também abriu, através dessa ferramenta proposta pelo nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente Ismael Crispin, também de nós recebermos essas demandas e essas ideias. Mas, ali falou no final, acho que foi o último a falar, o senhor Levi da Silva, não foi?

Então, assim quero dizer que falou, nós temos vários apontamentos, várias coisas para se fazer. Nós não vamos conseguir resolver todos os problemas e contemplar todos os interesses de uma só vez. Mas, se lá no passado, quando nós começamos a discutir isso, se nós tivéssemos aprovado e votado, hoje nós já estaríamos praticamente no meio do caminho para fazer mais uma vez a aproximação. Então, a gente tem que começar para depois melhorar. O problema é que nós nem começamos.

Então, eu só quero dizer que às vezes as pessoas estão irritadas, intrigadas, ansiosas, desesperadas e dentro do seu direito e da sua razão. Mas, por outro lado, se também a gente não vir aqui e começar a construir isso, Deputado Cirone, Deputado Jean, Deputada Taíssa, é que nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu estava lembrando ali de algumas coisas. Em 2010, 2011, nós estávamos, Victor Paiva, discutindo a Medida Provisória 2166. Essas mesmas pessoas, Oberdan, que estão

aqui, também estavam lá. E eu também estava lá. E nós vencemos. Na época, com uma das pessoas que encabeçou isso, nem está mais no nosso meio, que é o saudoso ex-deputado federal Moreira Mendes.

Depois, eu me lembro que também com essas mesmas pessoas, nós acampamos a ideia de cobrar o direito da extração de calcário, que está aqui, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, porque lá tinha um tal de um morcego, um morcego albino, não é? É isso mesmo. E passou-se anos sem os produtores terem acesso ao calcário, por causa do maldito morcego. Mas, hoje nós temos ali a possibilidade da extração de calcário. Foi também através de luta.

Há pouco tempo, nós tivemos mais uma vitória para o agro. Não deixamos a taxaçoão do agro em 3%, que na verdade era 6%, porque quase todas as culturas, a gente tem duas safras por ano, e as duas seriam taxadas. Então, é três mais três, e nós vencemos.

Então, o que nós não podemos fazer é desistir. A participação de todos aqui é importante. Mas o mais importante, a ideia e a cobrança de todos. Eu gostaria, acho que falou o senhor Jânio Lopes e o Francisco também fez uma cobrança, seria muito importante, que a gente realmente saísse do discurso e viesse para as propostas, porque, senão, cada um vai ter que apresentar a sua proposta para que, de fato, se entenda qual é o desejo e a expectativa de cada pessoa que participa dessas audiências.

Eu já propus isso para o Governo do Estado de Rondônia, para o representante do nosso Secretário da Sedam, dentro das outras audiências, o Hueriqui e para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O que nós não podemos mais é chegar no dia da votação do zoneamento vir deputado, como veio no passado, e vir

pessoas, como vieram no passado, para apresentar uma proposta na "hora do amém", na "hora do amém".

Isso nós não podemos e não vamos aceitar, Deputado Cirone, porque não é justo andarmos em seis Audiências Públicas, em seis regiões do Estado, o Governo e a Assembleia abrir para recepcionar as propostas - e depois, na "hora h", aparecer mais uma ideia lá e, mais uma vez, dar oportunidade para prejudicar o Estado.

Quero dizer, para encerrar aqui, acho que com o que o senhor Luiz Melo falou só tem uma coisa que eu discordo de tudo que nós ouvimos aqui: que nós não estamos trabalhando, que nós não estamos trabalhando.

Hoje eu cumpri a agenda 07:30 da manhã lá na Embrapa, e agora eu já estou aqui. E eu tinha feito um compromisso de também estar com a minha esposa. Amanhã cedo, Oberdan, às 8 horas, nós estaremos saindo em uma Comitiva de Chupinguaia, para tentar estadualizar uma estrada que liga Chupinguaia até o município de Corumbiara, a conhecida Estrada das Fazendas ou Estrada dos Assentamentos.

Amanhã à tarde, nós estaremos em Corumbiara. À noite, estaremos em Colorado do Oeste, participando da Expocol. No sábado, já estaremos em Alvorada. Domingo, em Presidente Médici. Segunda-feira em Porto Velho.

E eu tenho família. Eu renuncio à minha família, o horário e todo o conforto da minha casa para estar em defesa daquilo que eu entendo que é o que nós temos de mais importante no Estado de Rondônia: o produtor rural.

Esse merece o nosso respeito, porque ele é o esteio do Estado. Se nós tirarmos a "indústria da enxada", a "indústria da roça", daqui de Rondônia, nós podemos voltar de onde nós

viemos, porque o Estado de Rondônia não terá mais sentido nenhum.

Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Luizinho.

Convido para a palavra, ela que é Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. FRANCISCO DE ANDRADE - Presidente, a minha proposta é que essa Casa de Leis respeite o Título de Propriedade, que eu tenho desde 1982. A minha proposta deputada, para os senhores que são representantes legais desse povo, é que seja por meio de uma proposta de lei e que não seja tirado de pessoas honestas, produtores rurais. As pessoas foram tiradas das suas propriedades pelo irresponsável desgoverno do Estado. Essa é a minha proposta.
(fora do microfone)

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhor Francisco, só para dizer para o senhor que nós o respeitamos. Estamos aqui para isso.

Essas reservas foram criadas de uma forma sorrateira pelo então Governo Confúcio Moura. Nenhum Deputado na Assembleia foi solidário e conivente com isso. E, ao contrário, nós judicializamos isso através da Assembleia Legislativa.

Infelizmente, nós não obtivemos êxito. E é por isso que nós queremos que apresente essas demandas - inclusive, parte

da região de onde o senhor fala -, pode ter certeza, que ela já está sendo bem avaliada e discutida, através do trabalho que nós estamos fazendo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa noite a todos, e principalmente a todas as mulheres presentes.

Hoje é Dia dos Namorados, e a gente sabe, Deputado Ismael, que para nós mulher é mais difícil. Quase que eu perco o marido, mas tudo bem. Vamos lá.

Gente, eu quero cumprimentar a Débora, pelo trabalho que faz. Em todas as Audiências Públicas vem trazendo um trabalho técnico. E isso é muito importante para esclarecer para a população.

Cumprimentar a nossa Prefeita Marcilene. Ela é extremamente dedicada. A gente já se encontrou algumas vezes lá em Brasília e assim, a gente vê a postura, principalmente humildade, muita seriedade e eu te desejo um mandato de excelência e que Deus possa abençoar. E todas as vezes que nós mulheres encontramos outras mulheres em espaço de poder, a gente fica muito feliz. E muito sucesso.

Cumprimentar nosso Secretário Marco Antonio Lagos, o homem mais requisitado pela Soldado da Borracha e por todas as reservas. Aproveito, Marco, para te dizer, Soldado da Borracha quer a liberação lá para fazer o aceiro nas propriedades. Agora há pouco eu conversei com ele e ele falou que se cada um fizer de forma individual, vai fazer a emissão da autorização para os aceiros nas propriedades lá da Soldado da Borracha. Então, já foi um questionamento que vocês me fizeram hoje pela manhã.

Quero também cumprimentar nosso decano Deputado Luizinho Goebel. E o Deputado Luizinho falou a verdade.

Muitas vezes a política é endemoniada, parece que a gente não faz nada e a gente morre é de trabalhar. Eu moro dentro de um carro hoje, a minha vida é rodando o Estado de Rondônia para poder, de alguma forma, colaborar e melhorar. A gente está aqui, realmente, para poder impactar de forma positiva a vida das pessoas, trazendo transparência, trazendo clareza.

E o deputado, que é o nosso decano, trouxe a realidade. Não é diferente. Ele vai rodar cinco a seis municípios até o domingo. Eu também, é essa a média. O Deputado Ismael, agora há pouco cheguei ali, estava tomando um Red Bull para ver se consegue chegar lá em São Miguel do Guaporé, hoje, provavelmente, à madrugada. O Deputado Cirone, que é de Cacoal, também não é diferente. Hoje o privilegiado é o anfitrião da casa, que vai poder dormir mais cedo, mas, em compensação, tenho certeza que amanhã cedo sai no trabalho.

Quero cumprimentar o Douglas, representando aqui a Seagri. A gente sabe desse problema que nós estamos vivendo dentro do Estado de Rondônia, não é de agora. E, automaticamente, tudo que for tratado em relação às reservas e através do zoneamento vai precisar muito de parceria da Seagri. Eu vejo que o caminho é que nós possamos buscar um acordo e, principalmente, contar muito com a Seagri em relação às mudas de cacau, porque ela é usada para reflorestamento. E que nós possamos usar os recursos públicos que hoje tem do Estado, não para fiscalizar o produtor rural, mas sim, para dar incentivo para o reflorestamento e dar dignidade para as pessoas poderem produzir dentro do Estado de Rondônia e não passar fome e não viver de miséria.

Eu quero, antes de falar efetivamente, quero fazer uma deferência, meu amigo. Às vezes, a gente que é de casa não sabe, mas o deputado, esse meu amigo, o Deputado Jean Mendonça é um cara extremamente boa gente, uma pessoa que

chega na Assembleia para somar. Todas às vezes que ele vai fazer alguma ponderação, é lutando pela região dele e assim, Pimenta Bueno está muito bem representada por você. E ficamos muito felizes porque, eu tenho certeza que todas as pautas que forem benéficas para a sua região, você vai estar aqui ombreado para poder lutar. Então, não poderia deixar de fazer essa deferência dentro da sua casa, porque a gente tem uma grande representação através de você, meu amigo.

Agora, falar do zoneamento. O Hélio falou uma coisa aqui, que tem que ter celeridade. Eu sou lá de Guajará-Mirim, de uma cidade bem distante daqui. E hoje, o que está sem a atualização do estudo prejudica a minha terra, Hélio. Não dá para aceitar sem atualização. Não adianta Pimenta Bueno estar bem, não adianta Cacoal estar bem, se Nova Mamoré não estiver bem, se Guajará-Mirim, se Soldado da Borracha, se Umirizal não estiver bem. Nós somos 52 municípios. Nós precisamos que todo mundo esteja numa condição melhor.

Além disso, o zoneamento hoje, se for aprovado do jeito que está e nós não resolvermos essa situação juridicamente das 11 unidades de conservação que foram criadas, vocês sabem exatamente que para se discutir isso novamente, vai ter que, no mínimo, esperar 10 anos. Esse povo não aguenta mais.

As pessoas estão na BR hoje, fechando, que é um grito de socorro, falando: "Pelo amor de Deus. Nós não aguentamos mais essa insegurança jurídica. Nós não aguentamos mais não saber se somos donos da propriedade." Imaginem vocês, a vida inteira, o pouco de recurso que você tem, você pegar e investir numa propriedade rural, fazer um aceiro, fazer um curral e comprar uma cabeça de gado, para poder ter dignidade de alimentar a sua família. E do dia para a noite, você anoitecer sendo dono da sua propriedade, e amanhecer dizendo: "A qualquer momento a polícia vai chegar aqui e você vai ter

que juntar suas trouxas e ir embora". É isso que está acontecendo com o nosso povo.

E é por isso, eu não sou contra zoneamento dentro do Estado de Rondônia. Eu acho que o zoneamento é uma forma de evolução, mas desde que sejam definitivamente tratadas as 11 unidades de conservação e a gente tenha um resultado definitivo da CPI.

Fizemos um trabalho de dois anos, em que várias autoridades dentro do Estado de Rondônia foram ouvidas; várias pessoas foram ouvidas; em que servidores públicos declararam que nunca tinham pisado lá, que nunca tinham visto se tinha morador e onde tem locais, que a gente sabe muito bem, que há 30 ou 40 anos tinha pessoas que moravam naquelas propriedades. E é muito injusto.

E nós não podemos nos calar, e nós não podemos virar as costas para essas pessoas. Porque, se hoje a Rondônia Rural Show, Douglas, faz a festa que faz, fala de negócios bilionários, é graças ao pequeno: 85% das propriedades do Estado de Rondônia é do pequeno produtor. É o pequeno que está na ponta, é o pequeno que faz o financiamento quando podia, quando as áreas não eram embargadas, para comprar um trator.

É o pequeno que se junta para fazer uma associação e vai com o pires na mão, dentro dos nossos gabinetes, pedindo, pelo amor de Deus, para um deputado colocar um recurso para ele poder ter condições, não de ficar à mercê de qualquer coisa, não. Mas, para ir para a roça, para poder trabalhar, para poder ter uma condição melhor de vida e para fazer o Estado de Rondônia ser forte como é forte hoje.

É por isso que eu digo para vocês que nós não vamos nos calar; que o que depender de mim, se for da forma de goela abaixo, eu movimento o que tiver dentro da minha região e

dentro do Estado de Rondônia para dizer que do jeito que está, sem estudo atualizado, não dá. Não adianta o Deputado Ismael Crispin, que é meu colega de Parlamento, lá na região dele estar bem e nós, lá na nossa região, estar passando fome e necessidades.

Reserva nenhuma dá dignidade para ninguém. O meu povo, lá na minha cidade, com um monte de reserva, está passando fome, está pedindo, pelo amor de Deus, para o governo federal ir lá e instalar uma ponte binacional para a gente poder plantar soja e exportar para o povo ter dignidade.

Semana passada estava eu, o Deputado Ismael Crispin e o Deputado Luizinho Goebel, fomos lá fazer uma comitiva lá na Bolívia. E sabe o que fazendeiros falam? Eles querem plantar, que eles querem produção, que eles não aguentam mais essa narrativa de criar reserva em cima de reserva e o povo lá esperando três dias para colocar um litro de combustível dentro de um veículo pagando, não é de graça, é pagando.

E esse tipo de postura que tanto o governo federal quer implantar dentro do nosso Estado de Rondônia, pode ter certeza, que tem uma voz, como tem outras vozes dentro do nosso parlamento estadual, que não vão se calar. E sem resolver as reservas, não dá para passar zoneamento sem atualização. Deus, pátria, família e liberdade. Muito obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Deputada Dr^a Taíssa.

Faço uso da fala para o encaminhamento e a gente conseguir finalizar a nossa audiência aqui no Município de Pimenta Bueno. Agradecer as autoridades já formalmente

nominadas aqui no dispositivo, a participação da sociedade. E acho que a gente, de fato, cumpre um papel fundamental, um ato democrático, quando você abre para ouvir a comunidade. Aqui nós temos representantes de associações, prefeitos, vereadores, produtores, diversos, mais diversos segmentos.

Eu sempre digo que essa pauta é a mais importante para o Estado de Rondônia, não tenho nenhuma dúvida disso. Na contramão, eu entendo que ela é também a pauta mais sensível. E nós precisamos ter muita responsabilidade nesse momento para construirmos juntos, com equilíbrio, uma alternativa, encontrarmos uma saída. O problema nós já identificamos de longe. Agora, nós precisamos encontrar a alternativa, nós precisamos encontrar a saída.

E diria aqui, aos senhores que estão presentes, que de repente não é com o "fígado" que nós vamos encontrar essa alternativa, que nós vamos encontrar essa saída. A saída aqui, pode, sim, ser legislativa e para isso é preciso pôr a técnica, a ciência para funcionar.

Eu sei que no plenário, por exemplo, nós temos alguns advogados aqui, na Mesa de autoridades também, como é o caso do Deputado Jean Mendonça, Deputada Taíssa, e no momento de fazer a defesa, é preciso ter paciência para construir uma defesa. Nós estamos agora observando o julgamento dos atos do dia 8 de janeiro, e vários advogados construíram uma narrativa, uma forma de fazer uma defesa, mas, para isso, eles tiveram que ter a paciência de construir um caminho para a defesa daquele que ele representa. Nós representamos a sociedade rondoniense e precisamos construir esse caminho com tranquilidade.

Se eu simplesmente olhar para o desenvolvimento e ignorar todas as outras possibilidades, certamente eu vou incorrer em erros. Se eu vier, de repente, para fazer a minha

uma defesa particular, certamente nós vamos incorrer em erro. É preciso o quê, para esse momento?

Hoje, Deputado Luizinho, nós estamos fazendo essa série de oitivas. Estamos conversando com a sociedade. Chamamos o governo à mesa novamente, porque houve um momento em que nós tivemos a oportunidade, mas, de repente, não houve sabedoria suficiente para aquele momento – talvez por querer solucionar todos os problemas – e nós tivemos um retrocesso.

Então, agora eu entendo que é preciso amadurecimento, é preciso muita responsabilidade. Nós não conseguimos fazer, infelizmente. E nós precisamos ter sabedoria para isso também, porque o cargo nos impõe essa responsabilidade: ouvir. E ouvir, algumas situações que até desagradam a gente, mas é importante para ter condições de construir uma alternativa. Nós temos situações que são graves no Estado.

Agora, veja: do ponto de vista legislativo, se a gente tiver a sabedoria e o cuidado de ir construindo com o diálogo, nós vamos, quem sabe, encontrar um dispositivo legal para dar garantia àquilo que hoje parece impossível, que não tem saída.

De repente, dentro da norma que nós vamos discutir ali na frente, a gente vai poder deixar um dispositivo que seja uma alternativa salutar e provável, para a gente seguir caminhando.

O que nós não podemos mais é estar olhando para 2000, quando estamos em 2025. Nós queremos olhar para o futuro. Queremos olhar para o desenvolvimento. O mundo discute as questões ambientais. O mundo discute clima – como acontecerá agora em novembro, na COP30, em Belém do Pará. E tudo isso é responsabilidade de nosso olhar.

Agora, nós somos rondonienses. Amamos esse Estado. Ele nos recebeu. A maioria de nós viemos de outros Estados para cá, e a gente quer - como disse o Luiz Henrique, não sei se ele está aqui - como eu gostaria de poder viver a realidade do Estado de São Paulo.

Infelizmente, eu não posso. E por que não posso? Porque Rondônia não tem 200, 300 anos. Rondônia tem 40 anos. Então, eu não consigo viver a realidade do Estado de São Paulo. Eles são beneficiados hoje, às vezes, com o nosso sofrimento. Essa também é uma realidade.

Eu preciso viver a realidade do Estado de Rondônia, mas eu quero sonhar o desenvolvimento deste Estado com muita garantia. E, a duras penas, nós estamos construindo isso juntos. E é por isso que as audiências estão acontecendo.

Daqui a pouco, Secretário Marco Antônio, a realidade da abertura da discussão, e eu acho que o que o Zoca trouxe faz muito sentido. A gente precisa ter direito a sentar à mesa e ajudar, Zoca, nessa construção. Isso faz muito sentido, é muito real para nós: ter o direito de ser contraditado. De repente, alguém dizer: "Olha, o que você pretende é impossível, não dá para a gente pôr aqui. Porque, se a gente colocar aqui, nós vamos ter esse, esse, esse e esse outro problema.". E se convencer disso e avançar.

Essa é a busca da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, na condição de representante dessa sociedade. Esse é o diálogo aberto com o Governo do Estado de Rondônia. Esses encaminhamentos precisam ser atendidos.

Nós vamos caminhar para finalizar essa fase de audiência lá no município de Machadinho, no dia 25 ainda deste mês. Então, já fica aqui o convite, para fechar esse ciclo.

Agora, eu entendo que é necessário: 2026 é ano eleitoral. Alguém aqui acredita, se nós deixarmos isso para 2026, será possível a gente discutir uma norma tão delicada quanto essa em 2026? Isso é possível? Eu entendo que não.

Então, o tempo que nós temos é curtíssimo, mas é preciso ser feito com muita responsabilidade. Se me perguntar: "Deputado Crispin, quando é que você pensa que é possível?" Em 2025. Em 2026, eu entendo que é muito difícil a gente discutir essa pauta. E, se a gente não tiver o cuidado de construir juntos, quem sabe, levará mais 25 anos, porque nós já estamos a 25.

Foi feita uma alteração na data da próxima Audiência Pública, por conta da Sessão Itinerante da Assembleia, que acontece no dia 26. Então, foi alterado para o dia 25. Por isso que eu citei dia 25 e aproveito para anunciar os senhores.

Então, a gente tem que ter esse cuidado. Eu entendo que a sociedade rondoniense, juntamente com a Assembleia, com o governo, está na busca de uma legislação, a mais justa possível e que garanta aos rondonienses, aos empreendedores, segurança jurídica. O dia que Rondônia tiver, de fato, segurança jurídica, nós já somos uma potência, ninguém mais segura a gente.

Agradeço aqui a presença de todos. O Welys chegou, nosso Diretor da Escola Legislativa.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de ordem, Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu só quero fazer um cumprimento à minha esposa, que está me acompanhando, Noeli, em seu nome, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes. Te amo, meu amor.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - A Deputada Dr^a Taíssa está convidando para a Audiência Pública de segunda-feira, também é um tema muito importante, eu vou pedir para ela fazer o anúncio, o convite aos senhores.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Nós estamos fazendo uma Audiência Pública lá na Assembleia Legislativa, na segunda-feira, às 14 horas, tendo em vista que, recentemente, agora em janeiro, nós tivemos uma decisão judicial do STF (Supremo Tribunal Federal), que o Município de Nova Boa Esperança, do Mato Grosso, foi emancipado do Município de Sorriso. Uma decisão que saiu recente do STF. E nós temos de 40 a 60, vários distritos, na verdade, pelo país inteiro que buscam essa emancipação.

Anteriormente, como nós temos ali na nossa região da capital, tanto União Bandeirantes, como Extrema, e dentro do Estado de Rondônia inteiro, diversos outros distritos que têm algumas características que foram cruciais para o STF definir essa situação, como 130 quilômetros distante da capital ou do município ao qual pertence, a questão de uma independência econômica e tudo mais, e a questão do plebiscito.

E nós fazemos o convite, tanto para a Pimenta Bueno como para o Estado inteiro, haja vista que, muitas vezes, nós temos, dentro do Estado de Rondônia, distritos extremamente fortes, só que não tem uma independência

política, não é emancipado e acaba à mercê de, muitas vezes, faltar os recursos necessários.

Então, a STF teve essa decisão. Vai estar na Audiência Pública o prefeito, que tomou posse agora em janeiro de 2025, para poder trazer todos esses requisitos e a gente faz o convite a toda a população do Estado e à Pimenta Bueno, na segunda-feira, dia 16, às 14 horas. Muito obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Então, eu agradeço aqui a participação dos senhores, o Vereador Waltinho Lara, lá de Espigão D'Oeste; o Prefeito Osmy, de Teixeiraópolis; o Vereador Genivaldo, lá de São Miguel; Vice-Prefeito Rafael, lá do Município de Pimenteiras do Oeste, e tantos outros que eu gostaria de citar o nome. Muito obrigado pela participação.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes aqui na Mesa Diretiva, declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo uma excelente noite a todos.

Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 22 horas e 15 minutos)

(Sem revisão dos oradores)